

Braga, Marcos da Costa; "A Associação Profissional dos Desenhistas Industriais do Rio de Janeiro - APDINS-RJ", p. 143-202 . In: Braga, Marcos da Costa. ABDI e APDINS-RJ, 2ª edição. São Paulo: Blucher, 2016. ISBN: 9788580390346
Disponível em <http://openaccess.blucher.com.br/article-details/19733>

3

CAPÍTULO

A ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS DESENHISTAS INDUSTRIAIS DO RIO DE JANEIRO – APDINS-RJ

3.1 ORIGENS E FUNDAÇÃO

A Associação Profissional dos Desenhistas Industriais do Rio de Janeiro foi a primeira associação profissional de designers de caráter pré-sindical e de nível estadual no Brasil, mas não foi a primeira entidade resultante de tentativas de organização profissional dos desenhistas industriais no Rio de Janeiro.

As origens da organização profissional na cidade do Rio de Janeiro se situam nas tentativas de recém-formados e alunos da ESDI em organizarem a ABDI-GB, em 1970.

Os textos produzidos pelos articuladores da APDINS para explicar a origem da Associação narram o início de sua organização a partir do Simpósio Design '76,¹ evento da ABDI realizado em São Paulo, quando o movimento do Rio de Janeiro ganha impulso e consistência para organizar efetivamente a seção regional da ABDI.²

Contudo, as origens da APDINS-RJ podem ser consideradas a partir do movimento de alguns profissionais que tentam, após junho de 1974, estruturar a seção regional da ABDI na cidade do Rio de Janeiro, depois de dissolvida a Diretoria interina da ABDI-GB, que existiu de 1970 a 04 de junho de 1974. Foi após essa data, que alguns dos principais articuladores da ABDI-RJ, em 1976, passam a se reunir com Joaquim Redig, que assumiu a representação da Guanabara da ABDI ainda em 1974.³

Poucos eram os profissionais formados no Rio de Janeiro em 1970. Muitos deles desconheciam a ação da ABDI e a própria existência de uma seção regional.⁴ A permanência dos Estatutos originais da ABDI, que impediram a oficialização das seções regionais, a distância da sede em São Paulo, a centralização das decisões da Associação na capital paulista e a falta de comunicação mais constante com a representação carioca levaram à dissolução da ABDI-GB, em 1974.⁵

Esse cenário de desmobilização dos profissionais cariocas, em 1974, foi constatado por Joaquim Redig e José Carlos Conceição ao tentarem reorganizar a ABDI-GB. Eles convocaram cerca de 30 designers para uma reunião no escritório de Conceição, ainda em 1974. Redig narrou que por falta de “entrosamento e formação de um pensamento comum, dada a disparidade dos caracteres presentes”, a reunião “foi um fracasso”.⁶ Por isso Redig passou a exercer apenas as funções

1 Histórico apresentado no INFORMATIVO DA APDINS-RJ. Rio de Janeiro: APDINS-RJ. Setembro, 1978. 6 páginas; e Histórico apresentado no 2o ENCONTRO NACIONAL DE DESENHO INDUSTRIAL. Grupo de Trabalho IV – “Organização Profissional” – propostas para a plenária do 2o ENDI. Pernambuco: 2o ENDI, 1981. 4 páginas.

2 Cf. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA REPRESENTAÇÃO DA ABDI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1974/1976. Rio de Janeiro: ABDI. Datado de 13 de setembro de 1976. Assinado por Joaquim Redig. 6 páginas.

3 Não poderíamos falar em outra geração de formandos liderando o processo a partir de junho de 1974, visto que Joaquim Redig e José Carlos Wanderley Conceição, que estavam presentes nestas reuniões, foram alunos da ESDI nos anos de 1960, assim como José Maria, Mário Ewerton e Ivan Prado, que lideraram a organização da ABDI-GB de 1970 a 1974. Porém, serão outros os protagonistas da organização profissional carioca a partir de 1974.

4 Esta situação está expressa na Carta a associado, de 20 de abril de 1970, assinada por Ivan Prado pela Diretoria interina da ABDI-GB.

5 A criação de um novo órgão, a Associação Nacional de Desenho Industrial – ANDI, chegou a ser proposta pelos profissionais cariocas insatisfeitos. Cf. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA REPRESENTAÇÃO DA ABDI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1974/1976. *Op.cit.* 1976. p. 2.

6 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA REPRESENTAÇÃO DA ABDI NO ESTADO

de rotina da representação da ABDI no Rio de Janeiro e, segundo Conceição, a reunir poucos profissionais para discussões sobre organização no Rio de Janeiro.⁷

Redig avaliava que, além desses fatores, faltava motivação aos profissionais cariocas, em 1974, para estruturarem uma associação com participação expressiva e atuante. Motivação esta que passou a existir após a realização do Simpósio Design '76. No começo de junho de 1976, iniciou-se processo intenso de reuniões promovido por designers cariocas que tinham ido a esse evento.⁸ Joaquim Redig liderava oficialmente esse processo que pretendia organizar os profissionais do Rio de Janeiro em torno da criação e legalização da ABDI-RJ.

De junho a setembro de 1976, algumas reuniões foram realizadas na ESDI, por ser este local “ainda o mais ligado à maioria dos designers do Rio”.⁹ Nas primeiras reuniões, seus articuladores procuravam demonstrar que a ABDI estava, na época, capacitada a auxiliar a organização dos profissionais no Rio de Janeiro. A realização do próprio Simpósio Design '76 foi lembrada como comprovação dessa capacidade e da importância, para os cariocas, da criação da seção regional ABDI-RJ. O número de 400 sócios que a ABDI tinha atingido, após o Simpósio, foi citado para ilustrar a fase de crescimento pela qual a Associação passava.

Além disso, o grupo de designers cariocas que convocava as reuniões na ESDI informava à plenária que contava com o respaldo da sede da ABDI de São Paulo.¹⁰ A própria presença do diretor da ABDI, Marcos Antonio A. Rezende, em algumas dessas reuniões no Rio de Janeiro, reforçava essa afirmação. Com isso, a falta de comunicação entre Rio e São Paulo não seria mais um empecilho ao funcionamento da seção fluminense.

O objetivo inicial dessas reuniões era possibilitar a abertura de chapas e, posteriormente, eleger uma Diretoria regional da ABDI que substituísse a representação exercida por Joaquim Redig. Apesar de não ser oficial, a Diretoria eleita cuidaria de encaminhar propostas de mudanças no Estatuto da ABDI que permitissem a sua própria oficialização como seção regional. Entretanto, os designers reunidos na ESDI concluíram que ainda não havia entrosamento e convivência

DO RIO DE JANEIRO 1974/1976. *Op.Cit.* 1976. Conceição explica que seu contato com Redig remonta à época em que era do DAESDI. Entrevista realizada com José Carlos Wanderley Conceição, na cidade do Rio de Janeiro, em 27 julho de 2003, com 1 hora de duração.

⁷ Entrevista realizada com José Carlos Wanderley Conceição. *Op.Cit.* 2003.

⁸ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA REPRESENTAÇÃO DA ABDI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1974/1976. *Op.cit.* 1976. p. 3.

⁹ A primeira reunião foi feita na casa de Ana Luiza Escorel, “onde compareceu a maioria do pessoal do Rio que tinha ido ao encontro em São Paulo”. A conclusão desse grupo inicial é que a organização no Rio de Janeiro deveria passar pela associação existente: a ABDI. Cf. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA REPRESENTAÇÃO DA ABDI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1974/1976. *Op.cit.* 1976. p. 3.

¹⁰ *Id.Ibid.*

suficientes entre eles para estruturação de uma chapa que pudesse representar seus interesses de forma consistente.¹¹

Portanto, o caminho proposto para se chegar a um processo eleitoral foi a formação de Grupos de Trabalho, que se organizariam em torno dos principais problemas apontados pelos designers do Rio de Janeiro. Na reunião de 28 de junho de 1976, na ESDI, um grupo de 17 pessoas apresentou um texto intitulado “Proposta para iniciar a regionalização da ABDI e criar a ABDI-RJ”.¹² O documento apresentava quatro Grupos de Trabalho definidos por temas que o grupo proponente considerava os mais importantes naquele momento: Grupo 1 – Estatutos e Processos de Regionalização; Grupo 2 – Profissão; Grupo 3 – Ensino; Grupo 4 – Divulgação e Informação. A metodologia de levantamento de dados e o processo de análise dos temas estavam expostos no texto, assim como um cronograma de tarefas e prazos principais que seria concluído por volta de outubro com a aprovação dos novos estatutos pela ABDI.¹³ Ainda após essa data, seria determinada a época de eleição da representação regional do Rio de Janeiro. A proposta foi aprovada por unanimidade¹⁴ e inscrições foram abertas para a composição dos quatro Grupos de Trabalho.¹⁵

A maioria do grupo, proponente dos quatro Grupos de Trabalho, era formada em Desenho Industrial pela ESDI. Mesma situação repetia-se na composição do Grupo de Coordenação, que foi composto com dois representantes de cada um

11 Joaquim Redig diz que nesta reunião, em que este problema aparece, estavam presentes 80 pessoas, “o dobro do número de sócios do Rio na época” cadastrados na ABDI. Cf. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA REPRESENTAÇÃO DA ABDI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1974/1976. *Op.cit.* 1976. p. 4.

12 Estes designers eram: Ana Luísa Escorel, Eliane Stephan, Evelyn Fermam, Evangelina da Rocha Lima, Gilberto Strunk, Joaquim Redig, José Abramovitz, José Carlos Wanderley Conceição, Luiz Blank, Marina Hochman Simões, Mário Paulo Monteiro, Nelson Medina, Renato Gomes, Ricardo Dragone, Silvio Darin, Túlio Mariante e Valéria London. Cf. Proposta para iniciar a regionalização da ABDI e criar a ABDI-RJ. Rio de Janeiro: ABDI-RJ. 1976. 2 páginas.

13 Ivan Prado Fernandes pediu a palavra nesta reunião e lembrou o processo de organização da ABDI-GB, tentado nos primeiros anos da década de 1970. Sugeriu que o Grupo 1 – Estatuto – aproveitasse o material com as propostas de mudança dos estatutos da ABDI, encaminhada pela Diretoria interina da ABDI-GB à São Paulo, alguns anos antes. A sugestão foi aceita e encaminhada ao Grupo 1. Ata da reunião da ABDI, de 28 de junho de 1976. Rio de Janeiro: ESDI. 1976. 3 páginas.

14 Nenhuma outra proposta de estruturação dos Grupos de Trabalho foi apresentada. Ata da reunião da ABDI de 28 de junho. *Op.Cit.* 1976.

15 Ao todo, 64 pessoas se inscreveram, entre professores, alunos e profissionais presentes. O Grupo de Ensino foi o que mais recebeu inscrições: 20 pessoas. Ata da reunião da ABDI-RJ de 28 de junho. *Op.Cit.* 1976. Segundo relato de Joaquim Redig, a maioria destas pessoas era estudante. Cf. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA REPRESENTAÇÃO DA ABDI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1974/1976. *Op.Cit.* 1976. p. 5.

dos quatro grupos de trabalho,¹⁶ sendo que metade desses representantes estava também entre os 17 designers do grupo proponente. Portanto, uma liderança do movimento estava se formando e se firmando.

Os Grupos de Trabalho se reuniam toda semana e, até o final de setembro, realizaram cinco assembleias com a participação média de 60 pessoas.¹⁷

Foi o Grupo de Coordenação que propôs a participação dos cariocas na chapa da ABDI nacional, eleita em 13 de setembro de 1976. A intenção era dar uma “amplitude nacional”¹⁸ às discussões que os Grupos de Trabalho vinham promovendo no Rio de Janeiro, e ter uma representação oficial do movimento carioca na direção da ABDI. Com isso, esperava-se, também, tornar a ABDI uma “associação realmente nacional e representativa de classe”.¹⁹

Apesar da conciliação alcançada com a eleição da Diretoria de 1976, permanecia uma visão crítica à situação da ABDI, tanto pelos seus estatutos não permitirem seções regionais oficiais e o deslocamento da sede para fora da cidade de São Paulo, quanto pelo seu perfil associativo. Isso pode ser constatado na crítica que se encontra na carta do Grupo de Trabalho 1 – Estatutos – da ABDI-RJ, que concluía uma proposta de novos estatutos para a ABDI, ao final de agosto de 1976. O grupo do Rio de Janeiro considerava que o caminho era fortalecer a ABDI por meio da presença dos profissionais designers na condição de pessoas físicas associadas. A ABDI deveria se tornar uma associação de classe representativa dos interesses dos profissionais, conforme os próprios grupos de trabalho vinham discutindo. Por isso a presença de pessoas jurídicas e de industriais como sócios foi questionada pelos cariocas.²⁰

16 Pelo Grupo 1: Nelson Medina e Diva M. G. Araújo; Grupo 2: Valeria London e Gilberto Strunk; Grupo 3: Sérgio Camardella e Wagner Borbi; Grupo 4: José Carlos Wanderley Conceição e Márcia C. Jardim Costa. O Grupo de Coordenação contava ainda com Joaquim Redig como representante da ABDI no Rio de Janeiro. Cf. Carta ao Presidente da ABDI de 4 de agosto de 1976, assinada pelo Grupo de Coordenação. Rio de Janeiro, ABDI-RJ, 1976. 5 páginas.

17 Cf. INFORME DOS GRUPOS DE TRABALHO. Rio de Janeiro: ABDI-RJ, 1976. Informativo impresso pelo Grupo 4. 2 páginas. A sede provisória do Grupo 4 era na ZEZ Programação Visual, escritório de José Carlos Wanderley Conceição, que ficava na Rua Capitão Salomão n. 50, Rio de Janeiro.

18 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA REPRESENTAÇÃO DA ABDI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1974/1976. *Op.Cit.* 1976. p. 5.

19 INFORME DOS GRUPOS DE TRABALHO. *Op.Cit.* 1976. Conforme visto no Capítulo 2 deste livro, a Diretoria eleita para o biênio 1976/1978 era composta por quatro paulistas, três cariocas, dois mineiros e um pernambucano.

20 Cf. Carta do Grupo de Trabalho 1 – “Estatuto”, de 24 de agosto de 1976. Rio de Janeiro: ABDI-RJ, 1976. A extinção do sócio coletivo, pessoa jurídica associada à ABDI, chegou a ser discutida por este Grupo de Trabalho. Cf. Ata da reunião da ABDI-RJ, de 27 de agosto de 1976, realizada na ESDI.

Valéria London, José Carlos Wanderley Conceição e Nelson Medina, membros do Grupo de Coordenação, foram indicados pelos Grupos de Trabalho para representar o movimento carioca na Diretoria da ABDI, eleita em 1976 (Figura 3.1). Diva Maria G. Araújo, também do Grupo de Coordenação, foi eleita representante regional do Rio de Janeiro no lugar de Joaquim Redig.

Várias atividades são empreendidas pela nova Diretoria no Rio de Janeiro e em São Paulo, no período de setembro de 1976 a início de 1978,²¹ quando as diferenças entre os diretores cariocas e paulistas se acentuaram.

Essas diferenças não se restringiam apenas às visões sobre o modelo associativo, mas também estavam presentes nas dificuldades que os designers cariocas viam na centralização das decisões na cidade de São Paulo. Sobre esse problema, Niemeyer (1999) destaca que “por estar sediada em outro estado, os associados cariocas dificilmente podiam usar seu direito de voto nas assembléias e reuniões” da Diretoria da ABDI.²² Apesar de acatadas algumas decisões e atividades do Rio de Janeiro, os diretores e designers cariocas não consideravam o processo democrático. O grupo do Rio de Janeiro se considerava proporcionalmente maior do que o que articulava as atividades da ABDI em São Paulo.²³

Conforme visto no Capítulo 2, o Grupo de Trabalho – Profissão,²⁴ institucionalizado pela Diretoria de 1976/1978, cuidava da elaboração da proposta de regulamentação da profissão e concluiu, em início de 1977, que era necessária a formação de entidades pré-sindicais.²⁵ Consulta feita a advogados, no Rio de Janeiro, havia mostrado impossibilidades de mudanças nos estatutos da ABDI para tal fim.

21 Estas atividades foram descritas no Capítulo 2.

22 A Diretoria da ABDI gestão 1976/1978 procurou, no entanto, facilitar a ida dos diretores cariocas, já que há registro de que a hospedagem destes diretores passou a ser reembolsada em meados de 1977. Cf. Ata de reunião da Diretoria, de 1º de junho de 1977.

23 Visão esta afirmada por José Carlos Wanderley Conceição. Entrevista realizada com José Carlos Wanderley Conceição. *Op.Cit.* 2003.

24 Formado por designers do Rio de Janeiro: Valéria London, Joaquim Redig, Gilberto Strunck, Ana Luísa Escorel, Eliana Stephan, Evelyn Ferman, José Abramovitz e Maria Brandão.

25 Esperava-se que a “existência de associações profissionais e sindicatos atuantes” de desenhistas industriais pudesse comprovar a “necessidade da regulamentação”, fazendo com que um anteprojeto fosse “aprovado com relativa rapidez”. BOLETIM INFORMATIVO ABDI. São Paulo: ABDI. n. 9, junho de 1977.



Informe dos grupos de trabalho

ABDI RJ

setembro de 1976

Temos nova diretoria, vamos trabalhar unidos

Não é de hoje que os designers brasileiros se ressentem como categoria profissional pela inexistência de uma maior organização de classe.

Com algumas escolas de design só há pouco tempo oficializadas e uma profissão não regulamentada, o único organismo existente com possibilidades de suprir essa deficiência é a associação de classe.

A despeito das dificuldades iniciais, a ABDI agora se propõe a lutar pela mobilização e organização da classe. O mais importante no momento é discutir o que se pode fazer hoje para que possamos atuar como verdadeira representação de classe.

VAMOS DISCUTIR

Indisotivelmente o simpósio "Design 76", realizado em maio, em São Paulo, se colocou como um fator de maior importância, não só pelo número de pessoas que lá estiveram reunidas, como também pelo interesse despertado e pela qualidade dos debates que se desenvolveram nos grupos de trabalho.

Para nós, desenhistas industriais, o acontecimento do simpósio foi tão positivo que, deixando do lado alguns fatores secundários, podemos afirmar que a partir dele se desencadearam uma série de fatos que levaram à situação que estamos vivendo hoje.

Uma nova visão em relação às perspectivas da ABDI se faz necessária. Foi eleita a nova diretoria da ABDI para o biênio

76/77, que se propõe a transformar nossa entidade numa associação realmente nacional e representativa da classe. Esses um grupo disposto a transformar essas proposições em realidade, composto por quatro representantes de São Paulo, três do Rio de Janeiro, dois de Minas Gerais e um de Pernambuco.

Só através da discussão, da troca de experiências, da participação efetiva nas assembleias e nos grupos de trabalho conseguiremos nos transformar numa classe unida, representativa e atuante. Só através da efetivação dos grupos de trabalho em outros Estados e da atuação nos estatutos, de maneira a permitir a criação das representações regionais. A que a ABDI será de fato a associação representativa dos desenhistas industriais.

PLANO DE AÇÃO

O programa da diretoria eleita consiste nos seguintes pontos:

- Acelerar o processo de regulamentação profissional;
- Promover a intervenção do DI em problemas de comunidade;
- Promover cursos de reciclagem ou aperfeiçoamento para profissionais;
- Criar um sistema de intercâmbio de informações entre profissionais;
- Criar comissões para tratar de assuntos relativos ao ensino do DI a nível de graduação e pós-graduação;

Acelerar o processo de regionalização da ABDI através da aprovação de novos estatutos;

• Criar condições para que tenhamos uma sede com estrutura operacional própria; e
• Realização de um simpósio no fim do mandato.

Nova diretoria da ABDI Biênio 76/78

- Presidente: Mano Antonio Amaral Rezende, SP
- Diretor de Informação: José Nelson Medina, RJ
- Diretor de Divulgação: José Carlos Wanderley Conceição, RJ
- Diretor de Planejamento: Valéria Munk Leão, RJ
- Diretor de Planejamento: Sérgio Penna Kohl, SP
- Diretor de Planejamento: Adriana Adam, SP
- Diretor de Fundos: Leo Seimann, SP
- Conselho Fiscal: Guilherme Cunha Lima, PE
- Marcelo Portela, MG
- Marcelo Rezende, MG

Veja como atuam os grupos de trabalho

A criação de núcleos regionais, claramente definida como necessidade prioritária para dinamização da ABDI, está aglutinando os profissionais, professores e estudantes de DICV do Rio de Janeiro em torno de grupos de trabalho para viabilizar este processo.

Tomando-se como base os documentos do Simpósio, foram formados quatro grupos de trabalho, com uma média de dez pessoas em cada grupo, para estudo dos problemas levantados. Um quinto grupo, formado por dois representantes de cada grupo e do representante regional da ABDI constitui o Grupo de Coordenação. No momento, os grupos de trabalho desenvolvem as seguintes atividades:

GT-1: Estatuto e Processo de Regionalização - Estudou o atual estatuto da ABDI para propor modificações que atendam à necessidade de regionalização da entidade. Propõe-se a sugerir formas de participação regional nas eleições nacionais da ABDI e na elaboração e aprovação do novo estatuto. O grupo consultou juristas e agora está elaborando a redação final do documento aprovado pela assembleia do dia 10.09.76.

GT-2: Profissão - Está basicamente ligado ao estudo dos problemas relativos aos

profissionais e à prática do DICV. O grupo foi subdividido para a efetivação de vários estudos, entre eles os ligados à regulamentação da profissão, à elaboração de um código de ética profissional, à proteção da autonomia de projetos de desenhistas industriais, ao estudo de níveis salariais e outros. Este grupo empenha-se também na procura de meios, visando a constante informação e atualização dos profissionais de DICV.

GT-3: Ensino - Estuda soluções para melhoria do ensino de DICV no Brasil, através da elaboração de uma proposta de currículo mínimo para as escolas, que deverá ser encaminhado pela ABDI ao MEC/DAU para constituição de uma comissão de estudo. Já foi estabelecido um contato com o DAU, que se mostrou muito receptivo. Propostas para constituição de cursos de especialização e pós-graduação também deverão ser definidas. O grupo está estudando as possibilidades de uma pesquisa, e para isso será enviado às escolas de DI de todo o país um questionário no sentido de colher informações sobre a situação das escolas, a qualificação do profissional formado e a adequação às necessidades do mercado.

GT-4: Divulgação e Informação - Cuida

dos aspectos administrativos ligados à instalação da ABDI/RJ. A sede está funcionando em caráter provisório à Rua Capitão Salomão, 50, na ZEZ Programação Visual Ltda, escritório de um dos profissionais do grupo. Já foi organizado um cadastro de profissionais, estudantes e entidades ligadas ao DICV no Rio, e paralelamente está sendo realizada uma campanha com a finalidade de recrutar novos sócios.

Este é o primeiro número de um jornal do Rio de Janeiro, que será o veículo de informações de interesse da classe. Além disso, estamos distribuindo notícias e reportagens de interesse dos nossos profissionais nos principais jornais e revistas do Rio de Janeiro.

GT-5: Grupo de Coordenação - Tem como principal função ligar os diversos grupos de trabalho em relação às trocas de informações, avaliações e contribuições ao andamento dos trabalhos. O grupo é encarregado ainda dos contatos com a ABDI.

Cada grupo de trabalho tem se reunido comensalmente, e até o momento foram realizadas cinco assembleias, com a participação média de 60 pessoas em cada reunião. A participação nos grupos está aberta a todos os interessados.

Figura 3.1 Primeira página do Informe dos Grupos de Trabalho da ABDI-RJ, de setembro de 1976. Anuncia a diretoria eleita para o Biênio 1976/1978 da ABDI.

Ao longo do ano de 1977, a ideia de formação e da existência de entidades pré-sindicais, de nível estadual, convivendo com a ABDI, é aceita por todos, já que seus objetivos e ações eram considerados distintos, e até complementares, no cenário de organização da categoria profissional. Mas, na prática, os designers cariocas voltavam-se mais para a organização das entidades pré-sindicais, aproveitando a mobilização dos profissionais no Rio de Janeiro. Os paulistas, apesar de apoiarem a via sindical, em paralelo à ABDI, empreenderam ações que consideravam mais pertinentes para a Associação pioneira.²⁶

Com dedicação prioritária e ações distintas em São Paulo e Rio de Janeiro, as reuniões entre os diretores cariocas e paulistas escasseiam ainda em 1977.²⁷ E, quando se realizavam, ocorriam divergências de opiniões sobre a prioridade ou validade de determinadas atividades a serem empreendidas pela Diretoria da ABDI.

Com o acirramento das divergências, não houve reuniões entre os diretores cariocas e paulistas nos primeiros meses de 1978.²⁸

Nesse período, intensificam-se as ações dos profissionais no Rio de Janeiro com vistas à criação da entidade de nível estadual e de caráter pré-sindical. Um grupo de designers promove reuniões no MAM-RJ com o objetivo de “organizar e divulgar a Assembleia de criação da nova Associação e para a formação de uma ou mais chapas para concorrer às eleições da Diretoria provisória”.²⁹

Uma comissão organizadora foi constituída e, no mês de maio, divulgava e convocava os profissionais do Rio de Janeiro para uma Assembleia Geral, a ser realizada na PUC-Rio, no dia 15 de junho de 1978, às 20h00.³⁰ A carta enviada já trazia o nome da nova entidade: Associação Profissional dos Desenhistas Industriais de Nível Superior – RJ Também divulgava que o grupo de profissionais que propunha sua criação estava disponibilizando cópias do anteprojeto do Estatuto da nova associação nos três cursos de Desenho Industrial existentes na cidade

26 Nestas incluem-se o caminho da elaboração de um projeto de lei para a regulamentação da profissão, a ser enviado ao Congresso Nacional, conforme já descrito no Capítulo 2.

27 Cf. Carta a associado da ABDI, de 28 de agosto de 1978, assinada por Valéria London, José Carlos Wanderley Conceição e Nelson Medina.

28 Cf. Carta a associado da ABDI, de 28 de agosto de 1978. *Op.Cit.* 1978.

29 Não há menção de quem liderava o processo, mas declara-se que profissionais autônomos, de escritórios, e aqueles ligados às três escolas foram convocados, “além do pessoal” do COPPE-UFRJ. INFORMATIVO DA APDINS-RJ. Rio de Janeiro: APDINS-RJ. Setembro, 1978. 6 páginas. p. 1. Na COPPE-UFRJ, já havia profissionais de desenho industrial cursando o mestrado na Engenharia de Produção. Entre estes destacamos: Luis Blank, João Bezerra de Menezes e Gustavo Amarante Bomfim, todos graduados pela ESDI. Entrevista realizada com Luis Blank, em 27 de outubro de 1999, na cidade do Rio de Janeiro, com de 1 hora de duração.

30 Carta de 29 de maio de 1978, assinada pela comissão organizadora. 1 página. Não especifica quem compunha esta comissão.

carioca (ESDI, PUC-Rio e UFRJ) e no IDI do MAM. O anteprojeto deveria ser discutido e aprovado na Assembleia Geral da PUC-Rio, na qual era prevista a eleição de uma Diretoria provisória. A Assembleia serviria como documento de registro da nova Associação.³¹

O termo “Nível Superior” foi sugerido no nome da Associação por um dos advogados consultados sobre a possibilidade de mudanças nos Estatutos da ABDI e que auxiliou na redação dos estatutos da APDINS-RJ.³² O termo, segundo Joaquim Redig, tinha a intenção de evitar “dúvidas jurídicas em relação à formação profissional”³³ dos desenhistas industriais, por isso foi apresentado na Assembleia da PUC como condição necessária à implantação da nova Associação. O termo foi aprovado em plenária, embora nem todos achassem necessário.³⁴ Acreditamos que o termo foi aceito pela maioria porque refletia os anseios dos designers pelo reconhecimento da sociedade sobre as atribuições específicas dos desenhistas industriais, que não eram bem conhecidas em fins da década de 1970.³⁵

A APDINS-RJ é fundada na Assembleia Geral na PUC-Rio, no dia 15 de junho de 1978, com a presença de 200 pessoas.³⁶ Uma única chapa é inscrita e eleita para a Diretoria provisória que teria mandato até março de 1979, quando seria eleita a primeira Diretoria para uma gestão de dois anos.

Os três integrantes cariocas da Diretoria da ABDI, de 1976/1978, comunicaram aos sócios da Associação pioneira a criação da nova entidade. Após apresentarem as dificuldades da gestão 1976/1978 e das intenções não concluídas de tornar a ABDI “realmente representativa do seu quadro de associados”,

31 Cf. Carta de 29 de maio. *Op.Cit.* 1978.

32 Estes advogados eram o Dr. Clóvis Ramalhete e o Dr. Rui Belford Dias. Cf. Entrevista realizada com Joaquim Redig, em 15 de novembro de 2000, na cidade do Rio de Janeiro com 1 hora de duração. E, também, a entrevista realizada com Valéria London, em 4 de março de 2004, na cidade do Rio de Janeiro, com 1 hora e 30 minutos de duração. Clóvis Ramalhete era pai da designer Sônia Ramalhete, formada pela ESDI, em 1970. Ele indicou, após um período inicial de consultas, o nome de Rui Belford Dias para continuar o processo de redação do Estatuto da APDINS-RJ

33 Entrevista realizada com Joaquim Redig. *Op.Cit.* 2000.

34 Joaquim Redig diz que não estava presente à reunião em que o termo “Nível Superior” foi sugerido. Apenas tomou conhecimento na própria Assembleia do dia 15 de junho de 1978. Achou desnecessário, mas, como a maioria presente, acatou a sugestão dos advogados.

35 Este desconhecimento sobre a profissão foi apontado como uma das causas das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, narradas na publicação *Produto e Linguagem/conceitos* de 1977, pelos recém-formados da ESDI. Cf. Capítulo 1.

36 Apesar de alguns entrevistados afirmarem, de memória, que havia 400 pessoas nesta Assembleia, documentos da época registram o número de 200 pessoas presentes à fundação da APDINS-RJ. Cf. Carta ao associado da ABDI, de 28 de agosto. *Op.Cit.* 1978. E também o INFORMATIVO DA APDINS-RJ de setembro de 1978. *Op.Cit.* p. 1.

os diretores do Rio de Janeiro afirmavam que a criação da APDINS-RJ não se contrapunha “à existência da ABDI”.³⁷ Ambas cumpririam papéis distintos perante a categoria profissional.

No entanto, o comunicado terminava recomendando “uma transformação radical em sua estrutura”, no sentido de facilitar a regionalização da ABDI para uma “participação democrática dos sócios, visando a ocupar com eficiência o seu espaço de associação cultural e nacional, por uma ABDI voltada para um desenho industrial brasileiro, atento às necessidades da população”.³⁸

A distinção que se fazia, no Rio de Janeiro, entre as duas associações, fica mais clara quando lemos a carta aberta de Mário Ewerton Fernandez, que convocava, em novembro de 1978, os profissionais da cidade carioca para uma reunião sobre a ABDI, no Parque Laje do Jardim Botânico.

Mário Ewerton Fernandez tinha participado da tentativa de estruturação da ABDI-GB, de 1970 a 1974, e integrava a Diretoria provisória da APDINS-RJ, eleita em 15 de junho de 1978, como suplente do diretor financeiro. Mário Ewerton defendia que os desenhistas industriais participassem da ABDI para que a entidade não viesse a desaparecer diante da crise pela qual passava. Declarava não concordar com a “linha simplista” de raciocínio que tentava atribuir as causas da crise da ABDI a incompetências das últimas Diretorias. Lembrava o papel histórico da ABDI e que ela ainda tinha um papel a cumprir, justamente por causa das diferenças com a APDINS-RJ. Via na ABDI a possibilidade de “relacionamentos com entidades externas, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas da Administração Pública ou Privada”.³⁹

Portanto, teria outro papel a realizar, entre a categoria profissional e a sociedade, diferente daquele da nova entidade do Rio de Janeiro. Reconhecia que a APDINS-RJ “como órgão de defesa do profissional nas suas relações de trabalho, deverá estar absolutamente livre de injunções para que possa praticar os atos de sua competência, alguns deles presumivelmente contrários aos interesses daquelas entidades externas”.⁴⁰

Mário Ewerton convocava os designers para discutir a participação do Rio de Janeiro na chapa que seria formada para a eleição da nova Diretoria da ABDI, que ocorreria em 9 de dezembro, em São Paulo.⁴¹

37 Carta ao associado da ABDI, de 28 de agosto. *Op.Cit.* 1978.

38 *Id.Ibid.*

39 Carta Aberta aos Profissionais de Desenho Industrial, de Mário Ewerton Fernandez e distribuída em anexo pela APDINS-RJ em sua Circular para Sócios, de 21 de novembro de 1978. Rio de Janeiro, APDINS-RJ, 1978. Mário Ewerton cursou a ESDI nos anos de 1960, mas não chegou a concluir a graduação.

40 *Id.Ibid.*

41 Mário Ewerton Fernandez foi eleito em 9 de dezembro, na cidade de São Paulo, um dos diretores da ABDI na chapa para a Diretoria provisória que teria mandato até março de 1979. Consultar Capítulo 2.

Entretanto, o entusiasmo da maioria dos designers cariocas atuantes na organização profissional do Rio de Janeiro estava voltado para a estruturação da APDINS-RJ, que iniciava o mandato da Diretoria provisória.⁴²

3.2 APDINS-RJ – OS PRIMEIROS ANOS: OTIMISMO, REALIZAÇÕES E LIMITAÇÕES

3.2.1 DIRETORIA PROVISÓRIA

A nova Associação do Rio de Janeiro representava para seus articuladores uma entidade que poderia responder a questões novas e à necessidade de priorizar ações consideradas mais importantes pelos designers cariocas. Essas ações visaram, logo no início da APDINS-RJ, o encaminhamento do processo de regulamentação profissional, a realização de estudos sobre a situação do mercado de trabalho, a organização de eventos de aprimoramento profissional, a formação de um código de ética profissional e a discussão sobre o ensino e o currículo mínimo.

Essas ações e a estruturação da APDINS-RJ formavam a pauta do programa de trabalho da Diretoria provisória, eleita em 1978.⁴³ Atendiam as preocupações dos jovens e novos profissionais de se inserirem no mercado de trabalho, da cidade do Rio de Janeiro, e de terem um fórum que servisse de elemento aglutinador e localizado próximo aos designers cariocas. A pauta nos leva a crer que um estatuto profissional estava em discussão. E este estava sendo promovido por pessoas diplomadas em Desenho Industrial, cuja maioria era oriunda da ESDI.⁴⁴

Mediante este cenário, com predominância de diplomados em Desenho Industrial, podemos dar sentido à explicação de Valéria London sobre os principais conflitos entre a ABDI e os recém-formados da ESDI, nos anos 1970:

42 Lucy Niemeyer estava presente às Assembleias da APDINS-RJ, neste período inicial da Associação, mas não participava da liderança. Porém, confirma o otimismo entre os profissionais da cidade do Rio de Janeiro com a criação de uma entidade de nível estadual, com autonomia para cuidar dos assuntos mais próximos dos interesses dos cariocas. Entrevista com Lucy Niemeyer. *Op.Cit.* 2003.

43 INFORMATIVO APDINS-RJ, setembro de 1978. *Op.Cit.* 1978. p. 2.

44 Há de considerarmos que apesar de as assembleias iniciais serem na PUC-Rio, a ESDI possuía o maior número de profissionais diplomados até 1977: 200 pessoas. A PUC-Rio, com entrada semestral de alunos, tinha formado em suas duas primeiras turmas, até 1977, cerca de 50 pessoas. *Site:* www.design.puc-rio.br, acessado em 17 de dezembro de 2003 e *site:* www.esdi.uerj.br, acessado em 05 de julho de 2001.

as questões profissionais e as necessidades dos novos profissionais cariocas retratavam outros desafios, novas necessidades e uma nova prática (muito diferente dos parâmetros profissionais e até ideológicos das pessoas que coordenavam a ABDI).⁴⁵

Entre as diferenças com a ABDI, estava o caráter pré-sindical que era resguardado no estatuto da APDINS-RJ, quando previa como sócios apenas os profissionais de desenho industrial. Ou seja, uma única categoria de sócios. Entretanto, esses profissionais poderiam ser tanto aqueles “formados por escolas de Desenho Industrial de nível superior, assim como os que exerçam, comprovadamente, há pelo menos 5 anos ininterruptos ou 10 anos intercalados essas respectivas atividades”.⁴⁶ Não se mencionava especificamente que outra formação esses profissionais deveriam ter. Bastava a comprovação da atividade profissional nos termos do Estatuto, o que contemplava profissionais de origens diferentes atuando no mercado antes do início da diplomação em Desenho Industrial. Tal qual estavam alguns de seus mestres da ESDI.

Não se previam sócios coletivos ou beneméritos, como ocorria na ABDI, pois isso já tinha sido alvo de críticas, em 1976, do Grupo de Trabalho 1 – Estatuto – da ABDI-RJ.

Os cargos da Diretoria da APDINS-RJ se assemelhavam, em algumas funções, aos da ABDI. A Associação carioca tinha um presidente e também quatro Diretorias: Financeira, Administrativa, Cultural e de Informação. A Diretoria Financeira da APDINS-RJ exercia funções semelhantes à de Fundos da ABDI. A Diretoria Administrativa possuía funções mais restritas na organização da APDINS-RJ que àquelas atribuídas aos três diretores de planejamento da ABDI, aos quais também competia a organização das atividades gerais da Associação. Essa função estava mais ligada à Diretoria Cultural na APDINS-RJ, que cuidaria da organização de exposições, palestras, cursos e também da possível fundação de “escolas dedicadas ao ensino de desenho industrial”.⁴⁷

Outra diferença era o entendimento sobre as funções da Diretoria da Informação. Na APDINS-RJ era a responsável em registrar as atividades da Associação e divulgá-las, função que na ABDI era atribuída à Diretoria de Divulgação. A

45 Valéria London conclui que este momento não era apenas carioca, pois, paralelamente, ocorria processo similar em Pernambuco. Entrevista de Valéria London, publicada no site: www.carioca.br em, 08 de outubro de 1999. Em Pernambuco, professores, alunos e formados da UFPE, fundaram, em 9 de novembro de 1978, a APDINS-PE, que veio substituir a ABDI-PE, em funcionamento desde 1976. Entrevista realizada com Guilherme Cunha Lima, em 21 de fevereiro de 2003, na cidade do Rio de Janeiro, com 2 horas de duração.

46 Estatuto da APDINS-RJ. Rio de Janeiro: APDINS-RJ, 1978. Artigo 5 do Capítulo 2 – Direitos e Deveres dos Associados (Veja o estatuto original no anexo 1).

47 Estatuto da APDINS-RJ. *Op.Cit.* 1978. Artigo 26 e alínea “d” do Artigo 3.

Diretoria de Informação da ABDI cuidava de “fornecer, incentivar e desenvolver a informação tecnológica, técnica e artística”.⁴⁸ Esse cargo foi ocupado na ABDI por Décio Pignatari, teórico da informação, de 1963 a 1970, o que provavelmente influenciou o perfil dessa Diretoria na época.

A Diretoria da APDINS-RJ se completava com um Conselho Fiscal e um Conselho Consultivo, este seria formado por cinco membros escolhidos “entre pessoas de alto saber e projeção no campo da Programação Visual e do Desenho de Produto”.⁴⁹ Entretanto, os nomes do Conselho Consultivo não aparecem em nenhuma divulgação das três primeiras Diretorias, ou que ele tivesse existido no período.

As posições da APDINS-RJ sobre design apresentavam relações com questões discutidas na ESDI ao respeito do papel do desenhista industrial e a sociedade. O Programa de Trabalho da Diretoria Provisória “alertava para a necessidade de se ter “clareza com relação ao papel prioritário” da atuação profissional. Acreditava-se que existiam “áreas potenciais de trabalho que se colocam como fundamentais se analisadas pelo ângulo das necessidades reais da maioria da população brasileira”.⁵⁰ E, mais adiante, tece críticas que se assemelhavam aos depoimentos dados pelos profissionais na edição da *Produto e Linguagem/conceitos*, publicada em 1977.

A dependência tecnológica do país tem reflexos imediatos sobre nossa área profissional (tecnologia importada, know-how importado, desenho importado), reduzindo nossa possibilidade de atuação no mercado interno e aumentando a cada dia os aspectos de dependência política e de disfunção econômica e social com relação às necessidades específicas do país e suas prioridades.

Quanto à dependência cultural, podemos senti-la explicitada no nosso desempenho no nível de projeto, condicionado pela produção dos centros desenvolvidos e exportadores de formas de fazer e pensar.

Devemos, portanto, somar esforços aos dos que lutam pela emancipação tecnológica e cultural nacional.⁵¹

Discurso coerente, portanto, com posições assumidas ao longo da fase escolar na ESDI e desenvolvidas no início da fase profissional, expressas no próprio Estatuto da APDINS-RJ, em uma das suas três finalidades principais: a “defesa do

48 Estatutos Sociais da ABDI. In *Desenho Industrial: aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos*. São Paulo: Fórum Roberto Simonsen/FIESP/ABDI, 1964. p. 101.

49 Estatutos da APDINS-RJ. *Op.Cit.* 1978. Artigo 30.

50 INFORMATIVO APDINS-RJ, setembro de 1978. *Op.Cit.* p. 2.

51 *Id.Ibid.* Cf. Depoimentos analisados no Capítulo 1.

projeto Nacional, contra a concorrência do similar estrangeiro”.⁵² Aloísio Magalhães já tinha alertado para essa relação entre produto industrializado e elementos culturais importados.⁵³

Os designers cariocas acreditavam que os problemas identificados por eles seriam os mesmos encontrados em outros estados brasileiros. E que, por isso, o modelo associativo pré-sindical e estadual seria também adotado por designers de outras unidades federativas. Para Joaquim Redig, “o fato de ter colocado ‘tracinho RJ’, numa entidade que só existia uma, não existiam outras, já estava se imaginando que isso tinha que depois ser espalhado e tinha que ser um trabalho organizado no Brasil inteiro”.⁵⁴ Ainda segundo Redig, isso permitiria tratar problemas que, além de locais, eram também nacionais, como a regulamentação da profissão e o currículo mínimo, problemas esses que mereceram a atenção imediata da Diretoria provisória, como veremos mais adiante.

A Diretoria provisória, eleita em 15 de junho de 1978, era composta de 15 membros: presidente, Valéria London; diretor cultural, Ana Luísa Escorel; suplente, José Abramovitz; diretor financeiro, Valdir Soares; suplente, Mário Ewerton Fernandez; diretor administrativo, Diva Maria de Araújo; suplente, Ricardo Wagner; diretor de informação, Túlio Lopes Mariante; Suplente, Marcos Zilberberg; Conselho Fiscal, João Bezerra de Menezes, Armando Augusto Clemente e Freddy Van Camp; Suplentes, Evelyn Ferman, Joaquim Redig e Maria da Glória Afflalo.⁵⁵

Desses 15 membros, apenas três não eram oriundos da ESDI. Valdir Soares, Armando Clemente e Ricardo Wagner eram recém-formados pela UFRJ. A presença deles era consequência da organização de estudantes do curso de Desenho Industrial da UFRJ, representados por Valdir Soares nas reuniões da ESDI, em 1976, que discutiram a formação da ABDI-RJ. Valdir Soares diz que a intenção era marcar a posição dos profissionais da UFRJ na criação da Associação Profissional, mesmo que em minoria. Valdir esclarece que a recepção dos esdianos a esse grupo de egressos da UFRJ sempre foi boa e integradora.⁵⁶

Seis, entre os 13 designers esdianos da Diretoria provisória, tinham integrado o grupo, que, em 1976, propôs a estruturação da ABDI-RJ através dos 4

52 Estatuto da APDINS-RJ. *Op.Cit.* 1978. Artigo 1, alínea 3.

53 Cf. Capítulo 1 do presente livro.

54 Entrevista realizada com Joaquim Redig *Op.Cit.* 2000

55 INFORMATIVO APDINS-RJ, de setembro de 1978. *Op.Cit.* p. 3.

56 O curso de Desenho Industrial da UFRJ iniciou-se, em 1972, dentro da EBA/UFRJ. Na época situava-se na Rua Araújo Porto Alegre, no centro do Rio de Janeiro, perto da ESDI. Até 1974, quando a EBA se transfere para a Ilha do Fundão, os alunos da UFRJ, com a ajuda de alguns de seus professores que, se formaram na ESDI, frequentavam as palestras que ocorriam na escola pioneira de Design. Entre eles, estavam Armando Clemente e Valdir Soares. Entrevista realizada com Valdir Soares, em 2 de setembro de 2004, na cidade do Rio de Janeiro, com 1 hora de duração.

Grupos de Trabalho. Com a nova Associação, uma liderança se consolidava após 2 anos de atividades pela organização profissional na cidade do Rio de Janeiro.

Apesar do entusiasmo dos profissionais que compareciam às assembleias nos primeiros meses de vida da APDINS-RJ, a filiação de sócios parece ter sido estruturada aos poucos. Por falta de condições financeiras iniciais, a APDINS-RJ não possuía uma sede. Por isso, o pagamento das anuidades era realizado na casa de Maria da Glória Afflalo ou de Ana Luísa Escorel, membros da Diretoria. O endereço de Ana Luísa Escorel servia também de sede provisória para a correspondência da Associação.⁵⁷ Em novembro de 1978, a Associação passa a contar com uma secretária, Lucy Rodrigues dos Santos,⁵⁸ mas as reuniões da Diretoria ocorriam em locais franqueados por outras instituições, como a PUC-Rio, ou na casa de membros da Diretoria.

Ao final da gestão da Diretoria provisória, em março de 1979, a APDINS-RJ registrava 120 sócios, porém, “apenas sessenta e oito em dia com suas contribuições.”⁵⁹ Entretanto, a Diretoria afirmava ter um “cadastro de cerca de trezentos profissionais e estudantes, para quem enviaremos toda a correspondência relativa à divulgação de atividades.”⁶⁰

Acreditamos que o envio amplo dessa correspondência tinha por objetivo divulgar as atividades e a existência da APDINS-RJ, no intuito de atrair mais sócios para consolidar a nova associação. Em início de 1979 já era identificado “um acúmulo de tarefas dentro da diretoria”, decorrido dos problemas administrativos da implantação da APDINS-RJ e da simultaneidade com a promoção das atividades gerais, realizadas por “um número pequeno de pessoas dispostas ao trabalho constante e sistematizado”.⁶¹ O tom do discurso é, no entanto, de otimismo, de que, com esforço, ocorreria maior mobilização dos associados para trabalhar em conjunto com a nova Diretoria a ser eleita em março.

57 Circular II da APDINS-RJ, de 22 de agosto de 1978, assinada por José Abramovitz pela Diretoria. 2 páginas.

58 O telefone de contato ficava no prédio do Ministério da Indústria e Comércio, da Avenida Venezuela n. 82, que abrigava em 1978 o Grupo de Desenho Industrial da Fundação de Tecnologia Industrial. Lá trabalhavam profissionais e estudantes de desenho industrial. Entre eles estavam: José Abramovitz, membro da Diretoria provisória da APDINS-RJ e Anamaria de Moraes, então aluna da ESDI. A coordenação do grupo era exercida por Luiz Blank. Cf. *Desenho Industrial e desenvolvimento de Produtos: Estudo de Casos*. Rio de Janeiro: MIC/Fundação de Tecnologia Industrial, 1978. p. 40.

59 Relatório de Atividades da Diretoria Provisória – APDINS-RJ. Gestão de junho de 1978 a março de 1979. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1979. Assina a Diretoria provisória. 8 páginas. p. 1.

60 *Id.Ibid.* p. 1.

61 *Ibidem.* p. 8.

O balanço financeiro da APDINS-RJ, em março de 1979, tinha conseguido terminar com saldo positivo na relação receita *versus* despesa.⁶² O balanço de atividades gerais apresentava uma intensa realização de reuniões e de comissões de trabalho, de eventos como palestras, mesas redondas e concursos, e da divulgação das atividades da Associação por meio de circulares para sócios e da veiculação de notícias em jornais e revistas da imprensa em geral. A participação dos sócios nos eventos e assembleias da APDINS-RJ parece ter mantido uma boa frequência, embora eles considerasse que eram poucos a organizá-los.⁶³

Apesar da diversidade de atividades, a própria avaliação da Diretoria provisória sobre sua gestão constatava que tinha ocorrido uma concentração de atenção “nas áreas de Ensino e Regulamentação Profissional”.⁶⁴ Isso se justificava pela presença dessas questões, com destaque, no Programa da Diretoria de 1978 e pela preeminência dos acontecimentos na época em que a Diretoria estava sendo eleita.

Em 1978, já funcionavam cerca de 17 cursos de Desenho Industrial no país, incluindo-se aí alguns em universidades federais.⁶⁵ Percebendo a necessidade de se atualizar os currículos desses cursos, o Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura, DAU/MEC, “convidou, em abril de 1978, um grupo de profissionais e professores que redigiu uma proposta inicial de currículo, a qual foi posteriormente apreciada por todas as instituições de desenho industrial”.⁶⁶

Assim que é fundada a APDINS-RJ, a Diretoria eleita promove, no dia 06 de junho de 1978, na PUC-Rio, um debate entre alguns profissionais que participaram, junto ao MEC, da elaboração da proposta mencionada e os professores das três escolas da cidade do Rio de Janeiro e da COPPE/UFRJ.⁶⁷ O objetivo era formar um grupo de trabalho de docentes e alunos para enviar sugestões sobre currículo ao MEC.

62 *Ibidem.* p. 7.

63 Um média de 100 pessoas, nas memórias de Valéria London, participaram dessas assembleias. Entrevista realizada com Valéria London. *Op.Cit.* 2004.

64 *Id.Ibid.*

65 UFRJ, UFPE, UFMA, UFPR e UFPB, segundo a REVISTA DESIGN & INTERIORES. São Paulo: Projeto Editores, ano 3, n. 19, junho/julho de 1990. p. 127-129.

66 Histórico sobre o currículo mínimo, apresentado junto à Minuta de Resolução sobre currículo mínimo, datada de 20 de outubro de 1979, encaminhada ao Secretário de Ensino Superior do MEC, Dr. Guilherme de La Penha. Rio de Janeiro, 1979. 22 páginas.

67 Compuseram a mesa da exposição sobre o assunto: Luis Blank (MIC), João Bezerra de Menezes (COPPE), Miguel de Simoni (COPPE), Joaquim Redig (PUC-Rio), Pedro Luis de Souza (ESDI) e Valéria London (APDINS-RJ). Carta a associado de 29 de junho de 1978, assinada por Valéria London, e Circular I, de 27 de julho de 1978. Não há menção de quem seriam os professores desta comissão do MEC em nenhum dos documentos encontrados.

O DAU/MEC decidiu promover um seminário sobre ensino de Desenho Industrial para avaliar as sugestões sobre o currículo mínimo e, para tanto, convocou os cursos de Desenho Industrial e as demais entidades ligadas ao desenho industrial (como a APDINS-RJ e a ABDI). O seminário se realizou na cidade de São Paulo, nos dias 25 e 26 de setembro, nas dependências da ABENGE – Associação Brasileira de Ensino de Engenharia – e foi intitulado “Desenho Industrial e Ensino”.⁶⁸

O grupo de trabalho, formado na cidade do Rio de Janeiro, pela APDINS-RJ, para elaborar sugestões ao MEC, redigiu um documento que reunia as propostas dos cursos da cidade carioca e da Associação. O documento é aprovado em reunião geral no Rio de Janeiro, em 21 de setembro de 1978, e apresentado durante o seminário de São Paulo.

O documento propõe a criação de uma comissão de ensino de Desenho Industrial, composta por “vários setores do desenho industrial no Brasil, professores e estudantes” que seriam indicados “pelos corpos docentes e discentes e pelas entidades profissionais”.⁶⁹

O envolvimento da Associação profissional no debate sobre o currículo mínimo era justificado pela Diretoria da APDINS-RJ pela importância dada ao “aspecto da formação profissional”, pois, “dele advém grande parte dos problemas verificados na prática da nossa atividade”.⁷⁰

Durante os dois dias do seminário em São Paulo, a APDINS-RJ presidiu a mesa de organização dos debates e considerou esse fato “um referendo ao trabalho que vimos desenvolvendo”.⁷¹ Os temas discutidos durante o seminário foram: mercado de trabalho, “ruptura da interferência das multinacionais, incentivo à pesquisa e políticas para a criação de cursos de mestrado e doutorado em Desenho Industrial e currículo mínimo”.⁷²

Um grupo de trabalho é formado pelo MEC para funcionar como comissão especial de ensino de Desenho Industrial e elaborar a proposta de currículo mínimo.⁷³ O Rio de Janeiro possuía o maior número de representantes nessa comissão

68 Histórico sobre o currículo mínimo, apresentado junto à Minuta de Resolução, datado de 20 de outubro. *Op.Cit.* 1979.

69 Documento elaborado para o seminário “Desenho Industrial e Ensino” – São Paulo – setembro de 1978. Rio de Janeiro. APDINS-RJ, 1978, 11 páginas. p. 11.

70 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA PROVISÓRIA – APDINS-RJ. Gestão de junho de 1978 a março de 1979. Rio de Janeiro: APDINS-RJ, 11 de maio de 1979. Assina a Diretoria provisória. 8 páginas. p. 7.

71 Carta intitulada “Seminário sobre Ensino de Desenho Industrial”, em papel timbrado da APDINS-RJ. 2 páginas mimeografadas.

72 *Id.Ibid.*

73 Este grupo era formado por: Ari Antonio da Rocha – UFRN (Natal); Sérgio Casanova – Faculdade Mauá (São Paulo); Valéria Munk London – APDINS-RJ (Rio de Janeiro); José

especial. No entanto, algumas diretrizes são tiradas no evento para o currículo mínimo: enfoque prioritariamente tecnológico, ciclo básico e bifurcação nas duas habilitações de desenho de produto e programação visual.⁷⁴

A comissão reuniu-se em Brasília, de outubro de 1978 a abril de 1979, e estruturou uma proposta curricular, que foi novamente apreciada pelas escolas de Design e discutida no 1º ENDI. Durante o seminário de ensino realizado na ABENGE, em 1978, o MEC tinha proposto a organização de um encontro amplo da categoria de designers para debater suas principais questões. Dessa forma é que nasceu o Encontro Nacional de Desenho Industrial, cuja primeira edição ocorreu de 03 a 05 de outubro de 1979, na UERJ (Figura 3.2). Cerca de “quatrocentos profissionais e estudantes de desenho Industrial”⁷⁵ compareceram ao evento que foi estruturado com “mesas-redondas, grupos de trabalhos e assembléia geral”.⁷⁶

O 1º ENDI terminou com quatro documentos básicos resultantes de seus debates: minuta sobre o currículo mínimo; proposta de anteprojeto de lei sobre a regulamentação da profissão, documento sobre “Utilização do Desenho Industrial no Planejamento de Produtos Nacionais” e o documento sobre “Desenho Industrial e Subdesenvolvimento”.⁷⁷ Os dois primeiros foram os mais elaborados e receberam maior atenção nas ações da Diretoria da APDINS.

Abramovitz – APDINS-RJ (Rio de Janeiro); João Bezerra de Menezes – COPPE/UFRJ (Rio de Janeiro); Freddy Van Camp – ESDI (Rio de Janeiro); Gustavo Amarante Bonfim – UFPB/CCT (Paraíba); Luiz Blank – MIC/STI; J. Carlos Bonancini – UFRS (Rio Grande do Sul); e Olício Pelose – FEB Bauru (São Paulo). No documento, a FAU-USP consta como entidade participante da comissão especial, mas não aparece o nome do representante da instituição paulista. O plenário do seminário tinha indicado 16 nomes, mas o DAU/MEC escolheu entre eles as pessoas acima listadas. É interessante observar que a APDINS-RJ ficou com dois representantes e a ABDI com nenhum. *Id.Ibid.*

74 *Ibidem.*

75 1º ENCONTRO NACIONAL DE DESENHO INDUSTRIAL. *Anais*. Rio de Janeiro: APDINS-RJ/APDINS-PE/ABDI. 1979. 54 páginas não paginadas. Primeira página.

76 JORNAL DA APDINS-RJ. Rio de Janeiro: APDINS-RJ, n. 1, ano 1, 1980. Edição de 1º de maio de 1980. 8 páginas. Neste jornal, publicado meses após a realização do 1º ENDI, o público presente ao evento era estimado em “cerca de quinhentos profissionais e estudantes”.

77 1º ENCONTRO NACIONAL DE DESENHO INDUSTRIAL. *Anais. Op.Cit.* 1979.



Figura 3.2 Cartaz do 1º ENDI, de 1979. Projeto do escritório Dia Design de Gilberto Strunk, fundado em 1974.

Algumas mudanças na proposta curricular da comissão composta em 1978 foram feitas pela plenária do 1º ENDI. A minuta fixava os conteúdos e a dura-

ção mínima para os cursos de Desenho Industrial e as habilitações em Projeto de Produto e Programação Visual.⁷⁸ A criação de uma Comissão Permanente de Desenho Industrial também era proposta na minuta, com o objetivo de acompanhar a implantação do currículo mínimo e assessorar a SESU e o Conselho Federal de Educação a reformular os currículos plenos dos cursos de Desenho Industrial. Apesar da previsão de implantação do currículo mínimo ter sido datada para 1981 pela mesma minuta,⁷⁹ na prática, o MEC só implementaria o novo currículo mínimo em 1988, ou seja, 10 anos após sua elaboração.

É interessante observar que a minuta de resolução sobre o currículo mínimo, mesmo apoiada pelas instituições de ensino presentes ao 1º ENDI, foi encaminhada à Secretaria de Ensino Superior do MEC pelas três associações profissionais promotoras do Encontro na UERJ em conjunto com o coordenador da comissão especial, o professor Gustavo Amarante Bomfim. Não há assinatura de representantes ou dirigentes das instituições de ensino. O que, por um lado, demonstra a liderança das associações profissionais na organização de debates e ações sobre as principais questões colocadas nas pautas de discussões pela categoria de designers, em fins da década de 1970. Por outro, temos de considerar que muitos dos articuladores e dirigentes das associações profissionais daquela época exerciam também atividade docente. Sérgio Akamatú, presidente da ABDI em 1979, era professor da FAAP e assinou a minuta de resolução sobre o currículo mínimo aprovada no 1º ENDI. Joaquim Redig e Ana Luiza Escorel, da Diretoria provisória da APDINS-RJ, eram, em 1979, professores da PUC-Rio.⁸⁰ Além desses, outros exemplos poderiam ser citados se consideradas as primeiras Diretorias da APDINS-RJ.⁸¹

Não havia uma associação específica de docentes em 1979. Muitos desses docentes também atuavam no mercado de trabalho. Portanto, mantinham, assim, dupla atividade profissional, de modo semelhante aos mestres esdianos dos anos de 1960 e 1970⁸². Além disso (talvez, justamente por causa

78 Os currículos plenos deveriam ter “pelo menos 2.700 horas didáticas, que deverão ser integralizadas em tempo total variável entre 4 e 8 anos letivos”. CF. Minuta de Resolução sobre o Currículo Mínimo, anexa à carta endereçada ao Sr. Guilherme de La Penha, datada de 20 de outubro de 1979 e assinada pela APDINS-RJ, APDINS-PE, ABDI e por Gustavo Bomfim, coordenador da comissão especial.

79 *Id.Ibid.* A comissão permanente teria 12 membros compostos por seis representantes dos cursos de Desenho Industrial, três representantes das entidades profissionais e três estudantes.

80 Cf. ANUÁRIO DA PUC-RJ. Rio de Janeiro: PUC-RJ, v. 39. 1979. ANUÁRIO DA PUC-RJ. Rio de Janeiro: PUC-RJ, v. 39. 1979. p. 149.

81 Como Valdir Soares e Gilberto Strunck, membros da Diretoria da APDINS-RJ de 1979/1981, que eram docentes da UFRJ nesta mesma época.

82 Esta também era a situação de muitos mestres arquitetos que nas mesmas décadas lecionavam na sequência de desenho industrial na FAU-USP, como Abraão Sanovitz e João

da presença docente), não podemos esquecer que o Estatuto da APDINS-RJ previa entre os deveres da Associação a fundação e a manutenção de, “na medida de suas possibilidades econômico-financeiras, escolas dedicadas ao ensino de desenho industrial”.⁸³

Em outubro de 1979, quando ocorreu o 1º ENDI, já estava atuando a Diretoria da APDINS-RJ que substituiu a Diretoria provisória de 1978. A Diretoria eleita para o biênio 1979/1981 continuou as ações consideradas prioritárias pela Diretoria provisória. Entre estas, estavam o encaminhamento da regulamentação profissional e a luta contra a formalização de disciplinas de Desenho Industrial no currículo mínimo dos cursos de arquitetura.

Na época da preparação do seminário de ensino de Desenho Industrial de 1978, a Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – CEAU – propôs a inclusão de cadeiras de Desenho Industrial nos currículos das escolas de Arquitetura. Esse modelo já existia na FAUUSP desde 1962. Entretanto, a APDINS-RJ considerava que, se a mesma situação se repetisse nas demais escolas de arquitetura, ocorreriam “problemas ainda maiores do nosso já limitado mercado de trabalho”.⁸⁴ A carga horária proposta para esse fim era considerada, pela APDINS-RJ, suficiente para possibilitar ao arquiteto “o exercício de nossa profissão”.⁸⁵

A APDINS-RJ denunciava que “a questão não é ensinar desenho industrial e comunicação visual para arquitetos, mas sim capacitá-los legalmente para a prática, de forma precária, da atividade”.⁸⁶ Segundo Valéria London, a proposta que a APDINS-RJ passou a defender era a de que as disciplinas de Desenho Industrial, para os cursos de Arquitetura, não tivessem o caráter formativo, e sim informativo.⁸⁷

A APDINS-RJ liderou debates com os arquitetos no intuito de modi-

Carlos Cauduro.

83 Estatuto da APDINS-RJ. *Op.Cit.* 1978. Artigo 3, alínea “d”.

84 INFORMATIVO APDINS-RJ, setembro de 1978. *Op.Cit.* p. 4. Em maio de 1977, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, tinha deliberado que os formandos da FAUUSP poderiam também exercer as funções de desenho industrial e de comunicação visual. Cf. Circular 4 da APDINS-RJ, de 12 de outubro de 1978. 2 páginas. Na verdade, o CREA fazia anotação na carteira profissional, sobre essas funções, mediante demanda individual do egresso da FAUUSP. Hugo Segawa, formado em 1979, diz que fez esse pedido ao CREA em 1988 e que tinha sido alertado pelo prof. Lúcio Grinover. Ao que tudo indica, depois da decisão de 1972 de não proceder mais dessa forma, como narrado no Capítulo 1, o CREA voltou a fazer a anotação depois da decisão do CONFEA.

85 INFORMATIVO APDINS-RJ, setembro de 1978. *Op.Cit.* p. 4. Lembramos que Desenho Industrial, na FAUUSP, era ministrado durante quatro anos, além da sequência de disciplinas de Comunicação Visual.

86 *Id.Ibid.*

87 Entrevista realizada com Valéria London. *Op.Cit.* 2004.

ficar a proposta do CEAU. Para isso, contava com a constatação de que nem todos os arquitetos eram a favor da inclusão de disciplinas de Desenho Industrial nas escolas de arquitetura.⁸⁸ Várias assembleias foram realizadas, tanto nos cursos cariocas de Design, quanto nas escolas de Arquitetura da cidade do Rio de Janeiro, para discutir o currículo mínimo proposto pela CEAU.⁸⁹ Duas mesas-redondas foram também organizadas no Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, visando a discussão sobre as relações entre desenho industrial e arquitetura.⁹⁰

Nos debates feitos na cidade do Rio de Janeiro, a constatação feita pela APDINS-RJ ficou mais evidenciada. Valéria London lembra que compareceu a uma assembleia na UFRJ, promovida pela Associação Brasileira das Escolas de Arquitetura – ABEA, para debater a proposta do CEAU. A maior parte da mesa era formada por membros dessa associação de arquitetos, contrária à proposta da APDINS-RJ de transformar em caráter informativo as disciplinas de design no currículo mínimo de Arquitetura.

Segundo Valéria London, para surpresa dos desenhistas industriais presentes, a plenária da assembleia, formada por novos profissionais, alunos e professores de arquitetura, apoiou e aplaudiu a proposta da APDINS-RJ.⁹¹ A proposta do CEAU começava a perder força e apoio. O debate vai para os jornais da época⁹² e a posição, pelo menos entre os designers e arquitetos cariocas, não era de confronto, e sim de tentativas de temporização.⁹³ Os debates sobre as relações entre desenho industrial e arquitetura prosseguiram no IAB do Rio de Janeiro durante a gestão da Diretoria da APDINS-RJ de 1979/1981, e a proposta do CEAU não foi implantada.

A dedicação da APDINS-RJ em debater a proposta do CEAU, de 1978, era

88 É bom lembrar que, mesmo na FAUUSP, a sequência de Desenho Industrial sofria resistência por parte de docentes da própria casa. Cf. Capítulo 2.

89 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA PROVISÓRIA – APDINS-RJ. *Op.Cit.* 1979. p. 3.

90 Os contatos com o IAB foram facilitados por Mário Ewerton, que era primo do arquiteto Luís Paulo Conde. Conde, nas lembranças de Valéria London, ocupava a presidência do IAB em 1978. Entrevista realizada com Valéria London. *Op.Cit.* 2004. Conde foi reeleito em 1976 para esse cargo.

91 *Id.Ibid.*

92 Noticiário sobre o assunto teria sido vinculado nos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*. Cf. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA PROVISÓRIA – APDINS-RJ. *Op.Cit.* 1979.

93 É o que fica destacado no depoimento de Alfredo Britto, professor da FAU-UFRJ, que declarou: “Arquiteto faz arquitetura, desenhista industrial faz desenho industrial”. Cf. BÁRBARA, Danúsia. Arquitetos x Desenhistas Industriais: Ser ou não ser continua sendo a questão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1978. Caderno B. Primeira página.

também devida, ao menos como era visto na época pelos designers cariocas, às dificuldades que poderiam ser acrescentadas ao processo de luta pela regulamentação da profissão.⁹⁴

A regulamentação da profissão foi considerada uma das principais metas das primeiras Diretorias da APDINS-RJ,⁹⁵ justamente por seu próprio caráter pré-sindical. Os primeiros esforços da Diretoria provisória, para atingir essa meta, foram realizar debates e mesas-redondas, inclusive com outras associações profissionais, para definir o melhor caminho para a luta pela regulamentação da profissão.⁹⁶ Após os debates, um anteprojeto é redigido, no início de 1979, pela Diretoria provisória, com o objetivo de ser discutido e aprovado no 1º ENDI e, ao mesmo tempo, servir de alternativa ao anteprojeto que a ABDI vinha desenvolvendo desde 1978.⁹⁷

Foi no 1º ENDI que a Diretoria da APDINS-RJ, de 1979/1981, ficou sabendo que a ABDI havia entregado sua proposta de anteprojeto de regulamentação da profissão ao deputado Athiê Coury, do PDS de São Paulo. E a ABDI, por sua vez, conheceu o anteprojeto proposto pela APDINS-RJ. Situação, portanto, fruto da separação entre profissionais do Rio de Janeiro e São Paulo, ocorrida em 1978.

Um único documento sobre a regulamentação da profissão foi aprovado no 1º ENDI sob o consenso das entidades profissionais promotoras do evento: APDINS-RJ, APDINS-PE e ABDI (Veja o esse anteprojeto original no anexo 2). Uma série de ações foi movida, posteriormente, com o objetivo de encaminhar o documento como substitutivo ao Projeto de Lei n. 2946, do deputado Athiê Coury, que tramitava no Congresso Nacional e representava o anteprojeto da ABDI.

A APDINS-RJ considerava que o projeto em pauta no Congresso Nacional não tinha passado por um processo democrático de discussão que envolvesse toda a categoria profissional ou, pelo menos, todas as suas entidades profissionais representativas. Além disso, criticava-se, nesse projeto, a supres-

94 Esta relação entre o processo de regulamentação da profissão e a proposta do CEAU está mencionada na Circular 4 da APDINS-RJ. *Op.Cit.* 1978.

95 Joaquim Redig diz que o tema da regulamentação da profissão era o que mais atraía desenhistas industriais para as assembleias convocadas pela APDINS-RJ em seus primeiros tempos. Cf. Entrevista realizada com Joaquim Redig. *Op.Cit.* 2000.

96 Uma dessas mesas foi realizada com a Associação dos Profissionais de Processamento de Dados do Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1978. Cf. INFORMATIVO APDINS-RJ, setembro de 1978. *Op.Cit.*

97 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA PROVISÓRIA – APDINS-RJ. *Op.Cit.* p. 4. Os diretores da APDINS-RJ sabiam, desde outubro de 1978, que os sócios paulistas da ABDI tinham redigido um anteprojeto para a regulamentação da profissão. Cf. Circular 4 da APDINS-RJ. *Op.Cit.* 1978.

são de “itens relativos à defesa da profissão, ao código de ética” e à autonomia do Conselho Federal de Desenho Industrial, cuja criação tinha sido proposta no mesmo projeto.⁹⁸

O deputado Marcelo Cerqueira foi convidado para auxiliar na revisão do anteprojeto aprovado no 1º ENDI, e no seu encaminhamento como substitutivo ao Congresso Nacional. Entendia-se na época que esse era o melhor caminho, visto que a “tramitação de dois projetos atrasaria o processo, principalmente sendo apresentados por parlamentares de partidos opostos”.⁹⁹

Em 1980, tentativas foram feitas em contatar o deputado Athiê Coury e a ABDI para viabilizar o encaminhamento do projeto substitutivo. Porém, nenhum contato resultou em um encontro com o deputado do PDS.¹⁰⁰ Em dezembro de 1980, Marcelo Cerqueira pediu vistas ao processo no Congresso Nacional na tentativa de ganhar tempo para solucionar o impasse. Porém, na prática, não se conseguiu encaminhar um substitutivo. Após alguns esforços da APDINS-RJ, de acompanhamento da tramitação do projeto em 1982, a Comissão de Justiça do Congresso Nacional o considerou inconstitucional por atribuir a criação do Conselho Federal ao âmbito do Ministério do Trabalho.¹⁰¹ O projeto do deputado Athiê Coury foi, então, arquivado em 02 de fevereiro de 1983 nos termos do Artigo 116 do regimento da Câmara.

Esse desfecho ocorreu sob a gestão da Diretoria da APDINS-RJ de 1981/1983, que tinha sido eleita em 25 de março de 1981 para suceder a Diretoria de 1979/1981. As primeiras Diretorias da APDINS-RJ dedicaram especial atenção a esse processo de tentativa de encaminhar a proposta aprovada no 1º ENDI, e que foi ratificada no 2º ENDI. Era uma das principais bandeiras de luta das APDINS, RJ e PE. O Congresso Nacional tinha passado pelas eleições de 1982 e com o arquivamento do projeto que estava em tramitação, novos esforços

98 INFORMATIVO APDINS-RJ, sem data (provavelmente de junho/julho de 1981, devido à convocação para a reunião do dia 15 de julho e ao anúncio do 2º ENDI). 2 páginas mimeografadas.

99 *Id.Ibid.* Marcelo Cerqueira era do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), opositorista, e tinha relações políticas e de amizade com Valéria London. Entrevista realizada com Valéria London. *Op.Cit.* 2004.

100 A ABDI estava, ao final de 1980, em processo de autodissolução. Consultar Capítulo 2.

101 Outras informações sobre este projeto de lei podem ser vistas em LIDEN, Júlio Vander. “Da ESDI aos ENDI, passando pelas APDINS: breve histórico dos primeiros esforços para institucionalizar o Design/Desenho Industrial no Brasil por meio de projeto de regulamentação da profissão”. Rio de Janeiro. Unicarioca. 2003. Texto disponível no site: www.carioca.br. Acessado em agosto de 2003.

teriam de ser empregados para refazer o processo do início, e dar entrada no Congresso Nacional com o projeto aprovado no 1º ENDI. Entretanto, esse projeto deveria sofrer revisão visto que também previa a criação do Conselho Federal de Desenho Industrial em um de seus capítulos. Mas, como veremos adiante, a APDINS-RJ, entre 1983 e 1984, passa por um período de crise que impede a atenção da Associação para a luta pela regulamentação da profissão. Além disso, nessa época, outras Associações profissionais entram em cena e passam também a influir nos rumos da luta pela regulamentação da profissão.¹⁰²

3.2.2 A GESTÃO DE 1979/1981

A organização do 1º ENDI e as lutas pela regulamentação da profissão e pela implementação do currículo mínimo não foram as únicas ações iniciadas na gestão da Diretoria provisória que foram desenvolvidas pela Diretoria de 1979/1981. Palestras com designers, divulgação de concursos, veiculação de oportunidades de empregos nas circulares dos sócios e a manutenção de relações institucionais com entidades profissionais e de ensino continuaram na pauta de atividades. O mesmo ocorreu com algumas características que marcaram a APDINS-RJ, na época da Diretoria provisória, como a falta de sede, um grande esforço de diretores e sócios mais atuantes para organizar as atividades e o caráter associativo pré-sindical que se acentuava mediante o discurso e a participação direta de seus diretores nas relações interinstitucionais.

Dos 15 membros da Diretoria eleita em 29 de março de 1979, sete tinham feito parte da Diretoria provisória.¹⁰³ A presidência continuava com Valéria London e a maioria dos diretores também era formada pela ESDI. Pela primeira vez, a Diretoria da APDINS-RJ contava com graduados pela PUC-RJ.¹⁰⁴ A sede para

102 Em 1984 é fundada a ADISP – Associação de Desenhistas Industriais de São Paulo, que foi resultado da tentativa de reorganização da ABDI por designers paulistas após a realização do 3º ENDI, em Bauru, São Paulo. Entrevista realizada com Mauro Torres, em 22 de janeiro de 2004, na cidade de São Paulo, com 45 minutos de duração. Em Minas Gerais estava em articulação a criação da APDINS-MG, desde 1981. Mas os mineiros acabam fundando a ACVDI-MG – Associação dos Comunicadores Visuais e Desenhistas Industriais de Nível Superior de Minas Gerais, que em 1985 organizou o 4º ENDI, em Belo Horizonte. INFORMATIVO APDINS-RJ, de data provável de junho/julho de 1981. *Op.Cit.* e 4o ENCONTRO NACIONAL DE DESENHISTAS INDUSTRIAIS. Programa. Belo Horizonte: ACVDI-MG / CN/DI, 1985.

103 Valéria London, presidente; José Abramovitz, suplente do diretor financeiro; Marcos Zilberberg, suplente do diretor administrativo; Mário Ewerton, Ana Luísa Escorel, Diva Maria e Valdir Soares; conselho fiscal. Circular 9 da APDINS-RJ, de 5 de maio de 1979.

104 Eram os recém-formados Paulo Gomes Rodrigues e Mônica Oliveira Serpa.

correspondência permaneceu nos escritórios de alguns dos diretores e as reuniões da Diretoria, em sua maioria, na PUC- Rio.

A promoção de debates “sobre fatores cerceadores do desenvolvimento do Desenho Industrial” e “sobre a atual situação do Desenho Industrial no Brasil e as perspectivas de trabalho junto a áreas de real necessidade da população brasileira”¹⁰⁵ estavam presentes na plataforma da nova Diretoria.¹⁰⁶ Esses itens demonstravam que a visão política sobre o papel da categoria profissional dos desenhistas industriais deveria continuar relacionada com o atuar ‘sobre’ e não apenas ‘no’ mercado. A dimensão política abrangia definições de posicionamento da categoria profissional diante tanto das limitações de atuação no mercado quanto das limitações de atuação na sociedade, em seu contexto sócio-político e cultural.

As importações de modelos de produtos e de tecnologias, e sua conseqüente importação de modelos culturais, eram associadas à política econômica do regime militar, bem como ao cerceamento das possibilidades de atuação sobre o mercado e a sociedade em geral. A luta “pela livre organização e autonomia de associações de classe e sindicatos”, e “com categorias profissionais que se propunham a uma atuação conjunta na luta pela emancipação do país”,¹⁰⁷ refletia a intenção de manter relações institucionais com outras entidades profissionais e inserir a APDINS-RJ na esfera de oposição ao regime militar.

Logo no início do mandato, a nova Diretoria convidava os associados a participar do I Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão, que se realizaria de 19 a 21 de maio de 1979, na sede da ABI – Associação Brasileira de Imprensa. O encontro teria “por objetivo reunir os diversos setores da atividade artística e intelectual na busca do equacionamento de uma ação coletiva contra a censura”.¹⁰⁸

A APDINS-RJ esteve presente ao Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais que ocorreu “de 2 a 6 de agosto em Gragoatá, Niterói” e que, segundo carta expedida pelo Encontro, reuniu “trabalhadores do campo e da cidade de todas as regiões do país”.¹⁰⁹ A carta conclusiva sobre o evento considerava que “o compromisso de luta pela conquista da democracia” era “inseparável da resolução dos problemas que afetam a vida sindical”.¹¹⁰ O “modelo econômico” do gover-

105 Circular 9 da APDINS-RJ. *Op.Cit.* 1979.

106 *Id.Ibid.*

107 Circular 9 da APDINS-RJ. *Op.Cit.* 1979.

108 *Id.Ibid.*

109 “Carta de Gragoatá”, de 5 de agosto de 1979. Niterói: Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, 1979. 2 páginas mimeografadas. Anexada à Circular 11 da APDINS-RJ, de 7 de agosto de 1979.

110 “Carta Gragoatá”. *Op.Cit.* 1979.

no é criticado por, “a pretexto de combater a inflação”, representar, na realidade, “um instrumento de sustentação do arrocho salarial” por meio de uma “estratégia de recessão econômica”.¹¹¹

A APDINS-RJ expressava, em seus primeiros anos, mediante seus impressos de divulgação, que mantinha contatos e que acompanhava a situação política de associações profissionais e sindicatos de outras categorias profissionais.¹¹²

A respeito de seu engajamento político, é significativo que o primeiro jornal da APDINS-RJ, o único da Diretoria de 1979/1981, tenha sido publicado com data de 1º de maio de 1980 (Figura 3.3). Nele estão expressas as relações com outras associações de design e com sindicatos e a importância dada à regulamentação da profissão e à luta contra a dependência tecnológica.

Na primeira página, o jornal transcrevia notícia sobre o ato de protesto convocado pela Unidade Sindical do Rio de Janeiro, em defesa dos sindicatos do ABC paulista, publicada pelo Jornal do Brasil, em 20 de abril de 1980. A mesma página trazia a carta aberta dos empregados do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO – com denúncias de desativações de projetos que provocariam a diminuição da entidade e a demissão de funcionários, afetando, assim, os “legítimos interesses nacionais”.¹¹³

A organização da categoria de desenhistas industriais era também percebida como parte da organização geral da classe de trabalhadores com vistas ao restabelecimento da democracia e à melhoria das condições de trabalho.

Quanto à organização dos desenhistas industriais, no mesmo jornal, um rápido relato sobre a fundação da APDINS-RJ e a realização do 1º ENDI foi feito por Valéria London. Com o artigo intitulado “Qual é a sua, companheiro?”, a presidente exortava os profissionais a refletirem sobre a necessidade de organização social e como “transformar nossa associação de classe em instrumento eficaz e operante para o nosso projeto humano”.¹¹⁴

111 *Id.Ibid.*

112 São exemplos o repúdio à intervenção do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, publicado no INFORMATIVO DA APDINS-RJ, de data provável de junho/julho de 1981. *Op.Cit.*

113 JORNAL DA APDINS-RJ. Edição de 1º de maio. *Op.Cit.* 1980.

114 *Id.Ibid.*

lho”.¹¹⁵ O artigo relatava a situação do encaminhamento do anteprojeto para o Congresso Nacional, que contaria com o auxílio de políticos do PMDB.

No mesmo artigo, Zilberberg explicava que o ponto referente à criação do Conselho Federal de Desenho Industrial visava “evitar que a regulamentação da profissão” fosse “dirigida por Conselhos já existentes (CONFEA)”. Entendia-se que nesses conselhos, “a ação em relação ao desenho industrial ficaria relegada a planos secundários, ficando os desenhistas industriais sem voz e força para o encaminhamento de suas questões específicas”.¹¹⁶

Entretanto, Zilberberg informava que a criação do conselho específico de desenho industrial ainda causava polêmica entre designers. Haveria os que acreditariam que o Conselho de Desenho Industrial poderia ser “fraco” e, portanto, não seria o “caminho mais adequado para o encaminhamento de certas questões referentes ao Desenho Industrial”.¹¹⁷ Por outro lado, Zilberberg apresentava as dúvidas sobre a “credibilidade que o profissional de desenho industrial, tão desconhecido quanto desacreditado, adquiriria no mercado de trabalho se filiando a um conselho forte e tradicionalmente respeitado”¹¹⁸ de outras profissões. Com esse artigo, Zilberberg, sem saber, estava, em 1980, abordando uma polêmica que ainda alimentaria debates sobre o projeto de regulamentação, nos anos seguintes, promovidos pela categoria profissional por meio de suas diversas entidades.

Zilberberg, no mesmo artigo, relacionava a regulamentação não só com a luta pela reserva de mercado, mas também com a visão de atuar ‘sobre’ o mercado:

Por ocasião da realização do 1º ENDI, além de tais razões, a classe sentiu a necessidade de incentivar uma luta no sentido de tornar a produção industrial brasileira mais identificada com a população do país, através da ‘nacionalização do produto’, totalmente alienada pela prática das multinacionais, chegando a um anteprojeto de lei sobre o exercício da profissão de Desenhista Industrial, o que traduz os anseios da classe, procurando conceituar a profissão de acordo com as características do Brasil e a conformação do mercado.¹¹⁹

No mesmo jornal, Valéria London defendia o projeto nacional ao criticar a dependência de padrões estrangeiros que a importação de produtos prontos trazia. London diz que seria necessário criar “nas elites e no povo a consciência de que a única boa forma é a nossa forma”.¹²⁰ Mais, adiante, London se indagava

115 *Ibidem.*

116 *Ibidem.*

117 *Ibidem.*

118 *Ibidem.*

119 *Ibidem.*

120 *Ibidem.* Neste caso, Valéria London está se referindo às formas (e suas funções) dos objetos.

como “descartar, sem inutilizá-los”, os “conceitos imperialistas de ‘mais rápido’, ‘mais econômico’, ‘melhor performance’” e, no lugar desses, “entronizar o bom porque útil e agradável para a vida?”.¹²¹

Duas páginas eram dedicadas a reproduzir uma mesa-redonda com o tema ‘dependência tecnológica’, debatido por desenhistas industriais ligados à APDINS-RJ.¹²² A mesa-redonda tinha sido realizada pela revista *Cadernos de Tecnologia e Ciência*, e era parte das ações da Diretoria de 1979/1981 com vistas à organização de seminário sobre “Criação da Tecnologia Nacional”, que a Associação articulava desde abril de 1980 com o IAB/RJ, o Clube de Engenharia e o Sindicato dos Engenheiros.¹²³

Isso demonstra o quanto o tema merecia a atenção da Diretoria da época e como era relacionado ao problema de inserção no mercado de trabalho. Noções semelhantes foram expressas nos outros dois documentos gerados pelo 1º ENDI, são eles: “O desenho industrial e a produção industrial nacional” e “Desenho industrial e subdesenvolvimento”. Em ambos os documentos, a importação de produtos e de tecnologia e, conseqüentemente, a dependência tecnológica, são relacionados ao cerceamento do desenvolvimento do Projeto Nacional e do mercado de trabalho para designers brasileiros.

Por meio deles, o 1º ENDI concluiu que a implantação do parque industrial, feita a partir da década de 1930, mediante a “substituição às importações”, transpôs para o país um modelo e um “aparato produtivo que repetia as características da produção” dos “países de economia forte”.¹²⁴ Os produtos resultantes desse processo seriam também modelos importados que atenderiam a “um pequeno segmento da população, concentradora de renda” e as camadas sociais médias, que, juntas, formariam um “mercado interno existente, também habituado àqueles produtos”.¹²⁵ Dessa forma, importava-se “igualmente normas técnicas de diferentes procedências, dimensões não compatíveis com o usuário brasileiro, tecnologias complexas e caras, planejamento de produção programado para mercados de maior demanda e valores culturais incorporados alienígenas”.¹²⁶

A solução para “corrigir as distorções geradas pela importação indiscriminada de tecnologias” seria a adoção de políticas governamentais que possibilitassem a intervenção do desenhista industrial brasileiro no projeto e na produção de bens industrializados. Isso se faria “independentemente da origem

121 *Ibidem.*

122 Marcos Zilberberg, Diva Araújo, Mário Ewerton, Luiz Blank, Joaquim Redig e João Menezes.

123 JORNAL DA APDINS-RJ. Edição de 1º de maio. *Op.Cit.* 1980.

124 1º ENCONTRO NACIONAL DE DESENHO INDUSTRIAL. *Anais. Op.Cit.* 1979.

125 *Id.Ibid.*

126 *Ibidem.*

dos capitais alocados na produção de bens” e com o auxílio de “uma legislação que proteja o projeto elaborado por profissionais brasileiros, possibilitando a criação de bases para o desenvolvimento de tecnologias que venham a substituir os pacotes tecnológicos importados”.¹²⁷

As ideias desses documentos foram debatidas pelos designers presentes ao 1º ENDI, em outubro de 1979. No encontro, compareceram profissionais e estudantes de diversos estados.¹²⁸ Portanto, eram ideias, no mínimo, aceitas pela maioria que aprovou os documentos nas plenárias da assembleia geral do evento. De qualquer forma, o texto do 1º ENDI não difere de discursos que os esdianos proferiram ao longo da década de 1970:

Para o Desenhista Industrial, o conceito de produto está intimamente vinculado a sua utilidade e racionalidade. Isto significa aceitar o desafio de planejar o produto com características de durabilidade e qualidade, a preços acessíveis à maioria da população. Significa também, adequá-lo ao seu usuário, estabelecendo relações de uso com o homem quer em termos dimensionais e de segurança, quer em acordo com os seus valores culturais.¹²⁹

Podemos concluir que não eram ideias restritas à Diretoria da APDINS-RJ, embora houvesse uma liderança exercida pela associação carioca no evento.¹³⁰ O processo democrático, como modo de abranger a participação de todos, refletia-se no fórum da assembleia geral e no encaminhamento de sugestões às comissões de trabalhos formados no 1º ENDI. Essas comissões eram compostas pelas associações profissionais presentes no Encontro, e estariam abertas a outras entidades posteriormente.

Outra atividade também mereceu atenção especial da Diretoria de 1979/1981: a criação da Associação Latino Americana de Desenho Industrial – ALADI e a representação brasileira. De 14 a 19 de outubro de 1979, realizou-se o XI Congresso do ICSID, no México. Era a primeira vez que o Congresso se dava “num país de terceiro mundo, justamente na América Latina”.¹³¹ Os designers latinos americanos presentes propuseram a criação de uma Associação Latino-Americana de Desenho Industrial que, segundo Redig:

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ Segundo Akamatú, as maiores delegações eram da cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os paulistas tinham grande presença dos cursos de Desenho Industrial da FAAP e Mackenzie. Cf. Entrevista realizada com Sérgio Akamatú, em 20 de novembro de 2000, na cidade de São Paulo, com 1 hora de duração.

¹²⁹ *Anais do 1º ENDI. Op.Cit.* Cf. Capítulo 1 do presente livro.

¹³⁰ Esta liderança era baseada na realização local do evento. Representantes da APDINS-PE e RJ compuseram a mesa diretora nas assembleias, segundo lembranças de Valéria London. Entrevista realizada com Valéria London. *Op.Cit.* 2004.

¹³¹ REDIG, Joaquim. “XI Congresso do ICSID, México, outubro 79”. In *Jornal da APDINS-RJ*. Edição de 1º de maio de 1980, *Op.Cit.*

teria como motivação básica cuidar dos interesses dos designers latino-americanos, que possuem uma série de interesses comuns justamente por suas características geográficas e culturais comuns, distintas das características dos países europeus, tradicionalmente representados no ICSID.¹³²

Esperava-se a gestação de um design latino-americano por meio de um fórum continental. Joaquim Redig compareceu ao XI ICSID. Alguns estudantes brasileiros de design também. Entre eles, Anamaria de Moraes e Nilson Santos, que, após o destaque que conseguiram em um programa de bolsas de estudos, promovido pela UERJ, ganharam passagem para o México com incentivo do MEC.¹³³ Ao final de 1979, a APDINS-RJ forma uma comissão para discutir a criação da ALADI e passa a centralizar o repasse das informações da sede provisória da ALADI, que ficava em Bogotá, na Colômbia, para as demais entidades brasileiras de design. A comissão da APDINS-RJ passa a se reunir quinzenalmente no início de 1980, sob a liderança de Redig e Anamaria.¹³⁴

Em outubro de 1980, em Assembleia Geral realizada na Colômbia, foi criada a ALADI, com a presença de Joaquim Redig e Valéria London como representantes da APDINS-RJ. Como não havia delegados de outra entidade brasileira, os dois membros da APDINS-RJ representaram o nosso país.¹³⁵ O Brasil ficou como a segunda subsede da ALADI, e Valéria London compôs o seu comitê diretivo como vice-presidente. Sob liderança de Redig e London, iniciou-se a montagem de um comitê nacional da ALADI no Brasil.

A relação da APDINS-RJ com a ALADI continuou nas gestões das Diretorias posteriores, mas muito mais pelo empenho de alguns designers cariocas do que propriamente por uma ação institucional.

A divulgação institucional das atividades da APDINS-RJ, no período da gestão 1979/1981, foi feita pelo jornal de 1º de maio, por cartas e circulares a sócios,

132 *Id.Ibid.*

133 Entrevista realizada com Anamaria de Moraes, em 24 de novembro de 2002, na cidade do Rio de Janeiro, com 2 horas de duração.

134 Circular 14 da APDINS-RJ, de 18 de março de 1980. Rio de Janeiro, APDINS-RJ. 2 páginas mimeografadas. Anamaria de Moraes, apesar de ainda ser formanda da ESDI, em 1980, publicou matéria sobre o XI ICSID, no Jornal da APDINS, de 1º de maio de 1980. Ela já havia se graduado em História antes de entrar para a ESDI e tinha participado da montagem da Produto e Linguagem, de 1977, com Nilson Santos, edição promovida pelos designers cariocas da ABDI. Além disso, Anamaria era casada com José Abramovitz, por meio de quem conheceu Valéria London e Diva Maria, articuladoras da APDINS-RJ. Cf. entrevista realizada com Anamaria de Moraes, em 24 de novembro de 2002, na cidade do Rio de Janeiro, com 2 horas de duração.

135 Circular 20 da APDINS-RJ, de 25 de fevereiro de 1981. Rio de Janeiro, APDINS-RJ. 2 páginas mimeografadas.

que tinham sido iniciadas pela Diretoria provisória.¹³⁶ Nessas circulares, está descrito o andamento tanto das principais lutas quanto das demais atividades culturais e profissionais da Associação. Essas últimas abrangeram palestras técnicas,¹³⁷ debates com outras categorias profissionais, relações institucionais diversas,¹³⁸ o andamento dos grupos de trabalho e comissões, acompanhamento de concursos e exposições e a divulgação de oferta de empregos.

O 1º ENDI ocupou as atenções de uma das comissões da APDINS-RJ no início da gestão. E em meados de 1980, entra na pauta da Diretoria o 2º ENDI, para o qual é formado um grupo de trabalho¹³⁹ que começou a discutir o temário e a organização do evento. Mas como o 2º ENDI ocorreu em novembro de 1981, a participação da APDINS-RJ foi organizada pela próxima Diretoria, eleita em 25 de março de 1981.

As circulares também evidenciam a situação financeira da Associação. Em agosto de 1979, eram 141 associados, dos quais 63 estavam “em atraso com suas contribuições (44,68%), sendo que 19 destes nunca contribuíram com sequer um centavo”.¹⁴⁰ Mesmo com 68 sócios em dia com suas contribuições trimestrais, registrava-se um déficit de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), o que, segundo a circular, equivaleria a “150 contribuições de Cr\$ 200,00”.¹⁴¹ A APDINS-RJ solicitava que os sócios em atraso mandassem cheque nominal à Associação para o escritório de Gilberto Strunck e Renato Gomes, diretor administrativo e diretor financeiro, respectivamente.

Já em meados de 1980, a Diretoria declarava que a APDINS-RJ estava “mal” devido à maioria dos associados estar devendo as contribuições, o que impediria o envio de “cartas de cobrança” e a produção gráfica do segundo

136 A primeira circular da Diretoria de 1979/1981 foi a de n. 9, de 5 de maio de 1979 e a última encontrada, até o momento, foi a de n. 20 de 25 de fevereiro de 1981, que anunciava eleições para 25 de março de 1981.

137 Entre as quais destacamos a de Gui Bonsiepe, realizada em 11 de setembro de 1980, no auditório do IBAM, em Botafogo. A palestra foi intitulada “Alternativas do desenho industrial nos países periféricos: Exemplos de tecnologia apropriada”. Cf. Carta a sócios, de 3 de setembro de 1980; e a do sócio da APDINS-RJ, Carlos Geraldo de Carvalho Gomes, da Divisão de Engenharia Industrial da Casa da Moeda do Brasil, sobre o projeto “Sistema de impressão e acabamento de bilhetes do metrô”, realizada na PUC-Rio, no dia 18 de dezembro de 1979; cf. Circular n. 13, de 7 de dezembro de 1979.

138 Além das já narradas neste Capítulo, registramos a participação de Valéria London em debate sobre “A realidade do desenho Industrial no Brasil”, promovido pelo NDI da FIESP, em 25 de junho de 1980, na cidade de São Paulo.

139 Carta aos sócios, de 3 de setembro de 1980. APDINS-RJ. 1 página.

140 Circular 11 da APDINS-RJ, de 7 de agosto de 1979.

141 *Id.Ibid.*

número do jornal da Associação.¹⁴² A gestão se concluiria com pouca alteração no quadro financeiro.

Aumentar a receita e o número de sócios pagantes seria uma das primeiras preocupações da próxima Diretoria, assim como conseguir uma sede. Durante a gestão da Diretoria de 1979/1981, a maioria das reuniões da Diretoria, das comissões e das assembleias tinha sido realizada na PUC-Rio.

3.2.3 A gestão de 1981/1983

Em 25 de março de 1981, em Assembleia Geral, realizada na PUC-Rio, foi eleita a nova Diretoria da APDINS-RJ, com poucos associados presentes.¹⁴³ Dessa vez, a renovação na ocupação dos cargos da Diretoria foi quase total. Entretanto, a maioria dos diretores continuava a ter sua origem de formação na ESDI. A outra procedência acadêmica era da PUC, e não havia mais nenhum diretor ligado à UFRJ. Dos seis membros do Conselho Fiscal, apenas um já tinha integrado Diretorias anteriores: Joaquim Redig.

Ao término da gestão 1979/1981, os antigos diretores já não estavam mais tão mobilizados ou interessados em continuar na nova Diretoria de 1981/1983. Valéria London incentiva a formação de uma nova chapa para dar continuidade à APDINS-RJ. Uma das primeiras pessoas contatadas por London é Anamaria de Moraes. Apesar de sua situação de recém-formada, e justamente por causa disso, Anamaria aceita integrar a chapa: “Porque a gente só ouvia falar que não tinha emprego, porque não tinha isso, não podia fazer nada. Todo mundo reclamando. Então, a gente foi tentar fazer alguma coisa”.¹⁴⁴

Algumas pessoas foram convocadas por Anamaria, e por meio de relações pessoais, a chapa foi montada com 11 designers oriundos da ESDI e quatro da PUC-Rio.¹⁴⁵ Segundo Eliana Formiga, como ninguém queria assumir a presidência, foi chamado por último, e especialmente para isso, Celso Santos,¹⁴⁶ designer,

142 *Ibidem*.

143 O comentário é feito em carta datada de abril de 1981, em papel timbrado da APDINS-RJ, e assinada apenas por APDINS-RJ. Entretanto, 31 pessoas assinaram a lista de presença no livro de atas da Associação.

144 Entrevista realizada com Anamaria de Moraes. *Op.Cit.* 2002.

145 José Ricardo Cardoso, formado pela PUC-Rio, em 1979, leva para a reunião de formação da chapa as amigas Maria Luiza Pinto e Sílvia Lima Negreiros, ambas formadas também pela PUC. Maria Luiza e Sílvia trabalhavam na PVDI, escritório de Aloísio Magalhães, e acabaram levando Eliana Formiga, que também trabalhou na PVDI em 1980. Eliana formou-se pela ESDI, em 1972. Entrevista realizada com Eliana Formiga, em 16 de dezembro de 2002, na cidade do Rio de Janeiro, com 1 hora de duração.

146 Entrevista realizada com Eliana Formiga. *Op.Cit.* 2002.

formado pela ESDI em 1974. A chapa propunha duas alterações na composição da Diretoria de 1981/1983. Primeiro, acabar com a suplência de diretor, formando cada Diretoria com dois responsáveis com o objetivo de “dinamizar a execução das funções”.¹⁴⁷ Segundo, dar funções específicas para cada membro do Conselho Fiscal. Assim, a nova Diretoria foi composta por: Presidência, Celso Meirelles de Oliveira Santos; Diretoria de Administração, Maria Luiza Correa Pinto e Nilson Santos da Silva; Diretoria de Finanças, Cyntia Motta Martins Silva e Luiz Fernando Gerhardt; Diretoria de Informação, José Ricardo Cardoso e Sílvia Lima Negreiros; Diretoria de Cultura, Anamaria de Moraes e Eliana Quartin Pinto; Conselho Fiscal: Relações Industriais, Luiz Blank; Relações Internacionais, Joaquim Redig de Campos; Mercado de Trabalho, Luiz Antônio Sabóia e Suzana Valadares Fonseca. Regulamentação e Sindicalização, Raquel Cândida Duarte; Currículo/MEC, Gisela Abad Lemos.¹⁴⁸

Para a Diretoria Cultural, ficou a incumbência de realizar o 2º ENDI e cursos de especialização e de complementação profissional. A retomada da publicação do jornal da APDINS foi uma das principais metas da Diretoria de Informação. Sete edições do jornal foram publicadas, de setembro de 1981 a janeiro de 1983, em formato A4 (Figuras 3.4 e 3.5). Foi a primeira vez que uma Diretoria da APDINS teve sua gestão coberta por um periódico institucional. O primeiro da série foi publicado novamente como “Nº 1”, que tinha marcado a edição do exemplar de 1º de maio de 1980. O endereço inicial da sede da APDINS ficou estabelecido no escritório Equipe Design, das diretoras Eliana Formiga e Maria Luiza, recém-aberto na época, na Rua Siqueira Campos, em Copacabana. Nesse local, ocorreram as primeiras reuniões da Diretoria.¹⁴⁹

Os compromissos da plataforma da nova Diretoria continham algumas das prioridades das gestões anteriores: transformação da APDINS-RJ em sindicato, luta pela regulamentação da profissão, implementação de uma sede e realização da nova edição do ENDI.

Segundo Eliana Formiga, várias frentes de atividades foram abertas pela nova Diretoria, como, em 1981, a realização do 2º ENDI (Figura 3.6) e a necessidade de reestruturação da APDINS ocupavam mais atenção dos diretores, alguns colegas designers foram convidados pela Diretoria para trabalhar em ações específicas, como o cadastro de profissionais.

147 Programa para a Diretoria da APDINS-RJ – 1981-1983. Cf. INFORMATIVO APDINS-RJ, datado de abril de 1981. 2 páginas mimeografadas. Ver também “Chapa e programa para a Diretoria da APDINS-RJ – 1981-1983”, sem data. 1 página mimeografada.

148 *Id.Ibid.*

149 “A gente brincou de fingir que está tudo bem, mas ninguém é avestruz...”. Cf. INFORMATIVO APDINS-RJ. Sem data. Provavelmente de maio de 1981. 2 páginas mimeografadas.

O cadastro de profissionais visava conhecer o número de designers atuantes e, dessa forma, fortalecer a Associação. Estruturar, fortalecer e divulgar a Associação eram, para Eliana Formiga, a maior preocupação da nova Diretoria. Acreditava-se que isso era a base para, mais tarde, se chegar à condição de sindicato. Por isso, a sindicalização não era a preocupação mais imediata da nova Diretoria, e sim “as atividades de mercado e divulgação”.¹⁵⁰

Cadastrar e atrair sócios significava tornar a Associação mais representativa também para “poder ter voz ativa na Câmara, ou procurar um deputado”¹⁵¹ para apoiar o encaminhamento do projeto de regulamentação da profissão. Em 1981, ainda procurava-se encaminhar a minuta do projeto de regulamentação, aprovada no 1º ENDI, como substitutivo ao projeto de lei do deputado Athiê Coury, que tramitava no Congresso Nacional.

150 Entrevista realizada com Eliana Formiga. *Op.Cit.* 2002.

151 *Id.Ibid.*

JORNAL DA APDINS/RJ

Nº 1 SETEMBRO 81

TODOS AO 2.º ENDI

Depois de sucessivos adiamentos, ficou definido para os dias 3, 4 e 5 de novembro em Recife, a realização do 2.º Encontro Nacional dos Desenhistas Industriais.

A diretoria da APDINS RJ se comprometeu em assumir junto com a APDINS PE a realização deste Encontro, mesmo considerando exíguo o tempo para a sua preparação.

Acreditamos que a realização deste encontro no nordeste consolidará a expressão nacional que a nossa profissão tem hoje e que o temário centrado no Mercado de Trabalho, será oportuno neste momento de crise e desemprego.

Um encontro como o ENDI é o espaço ideal para discutirmos nossas grandes questões. Lá se espera acertar que medidas tomar frente ao projeto de regulamentação da profissão, a implantação do curso mínimo, a atuação de profissionais de arquitetura e publicidade na área da programação visual. Enfim, definir todas as reivindicações dos desenhistas industriais a nível nacional.

É claro que a participação de todos é que dará a representatividade necessária ao Encontro.

Para garantir um encaminhamento das discussões preparatórias no nosso estado, a diretoria da APDINS RJ está organizando um pré-Encontro que consistirá de mesas redondas, formação de grupos de trabalhos e uma assembleia onde serão aprovadas propostas e teses para o ENDI.

Abaixo a síntese do programa previsto para o 2.º ENDI.

TEMÁRIO

1. O Desenhista Industrial e o Mercado de Trabalho.
2. Desenho Industrial no 3.º Mundo.
3. Organização Profissional do Desenhista Industrial.

GRUPOS DE TRABALHO

1. Mercado de Trabalho do Desenhista Industrial.
2. Universidade e Mercado de Trabalho.
3. Remuneração Profissional do Desenhista Industrial.
4. Organização Profissional do Desenhista Industrial.

TAXAS DE INSCRIÇÃO

Até 30 de setembro

Profissionais Associados – Cr\$ 2.400,00
 Não Associados – Cr\$ 3.800,00
 Estudantes Associados – Cr\$ 1.200,00
 Não Associados – Cr\$ 1.800,00
 Outros – Cr\$ 4.200,00

Após 30 de setembro

Profissionais Associados – Cr\$ 3.000,00
 Não Associados – Cr\$ 4.500,00
 Estudantes Associados – Cr\$ 1.500,00
 Não Associados – Cr\$ 2.250,00
 Outros – Cr\$ 5.250,00

A APDINS TEM SEDE!

Desde início de agosto a APDINS RJ está funcionando à Rua Bambina, 158 Sobrelaje.

É uma pequena sala alugada por nossa associação. Mas, alugada com muito esforço.

Acreditamos ser uma grande vitória dos desenhistas industriais ter um espaço físico próprio.

Nossa associação agora terá melhores condições para crescer e seus associados serão melhor atendidos, pois estamos inclusive com uma secretária (Denise) atendendo de 13h às 17h, ou pelo telefone: 200 4849.



figura 3.4 Capa do Jornal da APDINS-RJ n. 1, de setembro de 1981.

O trabalho para organizar e realizar o cadastro durou toda a gestão da Diretoria. Isso porque, segundo Eliana Formiga, o cadastro que tinham disponível, inicialmente, era o da ESDI. Esse e muitos outros endereços disponíveis na Associação “já estavam caducos”. Assim, os próprios designers conhecidos pela Diretoria foram procurados para identificar os demais colegas profissionais, e as demais escolas para ampliar o universo do cadastro.¹⁵²

152 *Id.Ibid.*

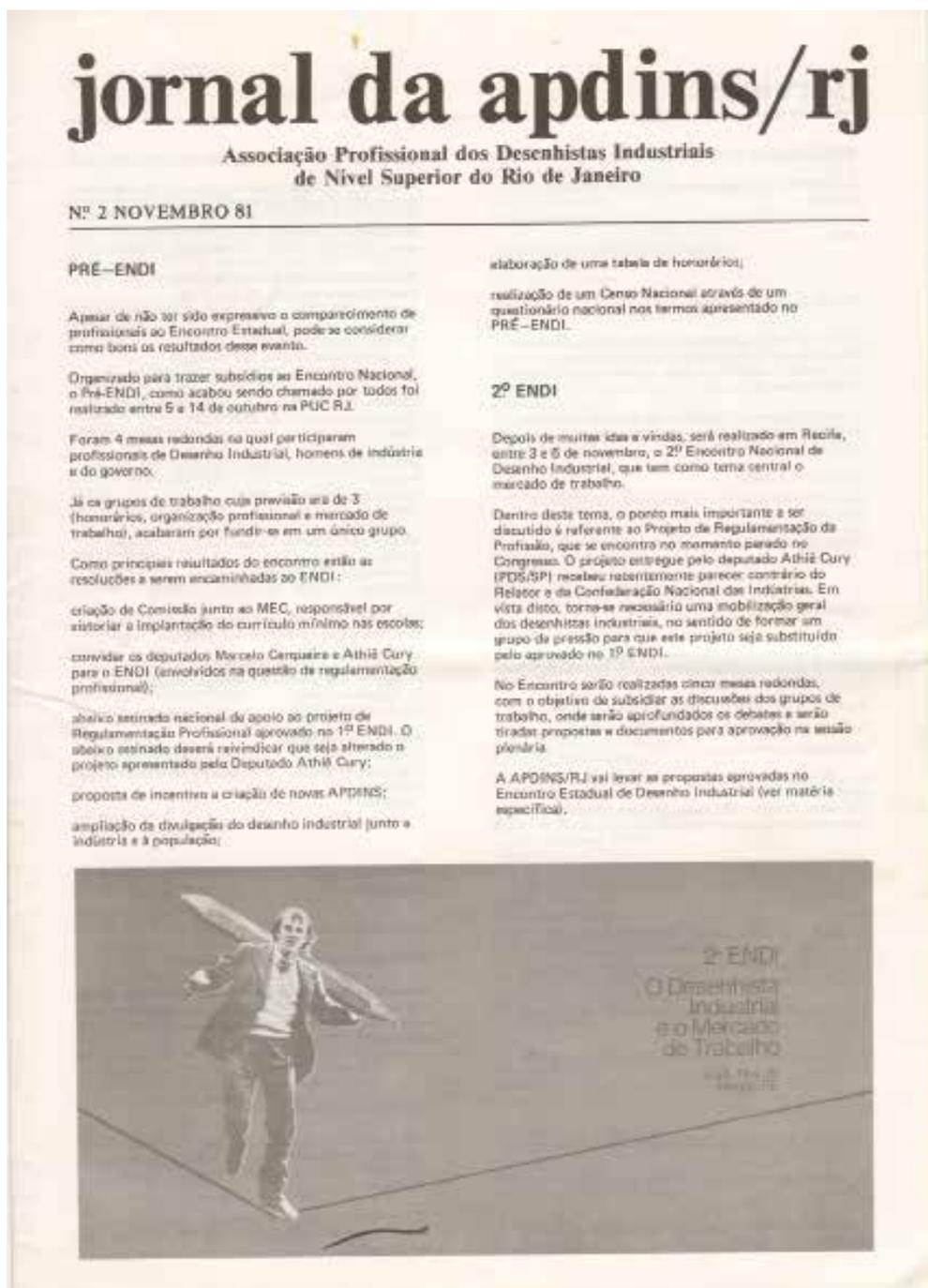


Figura 3.5 Capa do Jornal da APDINS-RJ n. 2, de novembro de 1981.

O cadastro acabou se tornando o “censo de desenhistas industriais”¹⁵³ do Rio de Janeiro, e um questionário foi elaborado por Suzana Valadares e Luiz Saboya, membros da Diretoria para o assunto Mercado de Trabalho. A conclusão do censo foi apresentada em fevereiro de 1983. Apesar de nem todos os questionários enviados terem retornado, isso possibilitou uma visão, se não completa, pelo menos parcial do quadro real da atuação dos profissionais no mercado da época. Tratava-se, também, de trabalho inédito, já que era a primeira vez que tal pesquisa era feita a partir de uma Associação profissional no Rio de Janeiro.

153 Notícias sobre o andamento do questionário e do censo aparecem no JORNAL DA APDINS-RJ, n. 5, de setembro de 1982 (ver Figura 3.8).

jornal da apdins/rj

Associação Profissional dos Desenhistas Industriais
de Nivel Superior do Rio de Janeiro

Nº 3 DEZEMBRO 81

Mais um ano que se vai, mais um verão que se aproxima.

Momento de muitas festas, muita alegria, e também de reflexões, de avaliação daquilo que foi realizado e de planos para aquilo que se vai realizar.

Estamos organizando uma festa e queremos que seja uma grande festa, um grande momento de reencontro de amigos e colegas, um momento de muita alegria, muito chopp e muita dança.

E estamos também avaliando o nosso trabalho durante estes nove meses à frente da APDINS. Ganhamos alguma coisa? A resposta nos gratifica, pois é afirmativa. Muito esforço, muita tensão, muitas noites loucas de terça-feira, mas o sentimento gratificante de um trabalho realizado. Demos continuidade à nossa Associação, demos vitalidade, sangue novo, e com resultados! A realização do Curso Sobre Mobilidade no Brasil, do Seminário Sobre Tecnologia, do Encontro de Desenho Industrial do Rio de Janeiro, do 2º ENDI, deste Jornal; demos continuidade ao processo de Regulamentação Profissional, encaminhamos a solicitação de Registro da Categoria Profissional, fizemos campanha de novos associados, simplificamos nosso sistema de recebimento das contribuições dos associados, através do cartão; elaboramos um Questionário Padrão que resultará numa amostragem sobre nosso Mercado de Trabalho; como atuamos, onde atuamos, quanto ganhamos; mantivemos um contato regular com entidades ligadas ao Desenho Industrial em nosso país e, principalmente, mantivemos um contato regular com nossos associados.

Uma Associação não é um diretório, mas um colégio: existe sim uma diretoria que burocratiza, que aluga sala, que paga secretária, que programa cursos, que expede correspondência, mas que as resoluções que esta diretoria deve encaminhar sejam resoluções tomadas pela classe como um todo.

Assim é que exigimos que todos participem e contribuam mais no nosso processo de tornar legítima e reconhecida a nossa categoria profissional.

Agradecemos àqueles que, associados ou não, tenham contribuído de maneira efetiva no nosso trabalho à frente da Associação durante estes últimos nove meses.

Desejamos a todos um muito FELIZ NATAL e um NOVO ANO melhor do que todos os anteriores.

A DIRETORIA

2º ENDI ENCONTRO NACIONAL DE DESENHO INDUSTRIAL

Os profissionais de Desenho Industrial reuniram-se nos dias 3, 4, 5 e 6 de novembro de 1981, em Recife, no seu 2º Encontro Nacional. Este Encontro organizado pela APDINS-PE - Associação Profissional dos Desenhistas Industriais de Nivel Superior de Pernambuco e pela APDINS-RJ - Associação Profissional dos Desenhistas Industriais de Nivel Superior do Rio de Janeiro, contou com a participação de 250 profissionais e estudantes do Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Brasília e um representante da ALADI - Associação Latino Americana de Desenho Industrial.

O tema central do Encontro foi "O Desenhista Industrial e o Mercado de Trabalho" e todos os múltiplos aspectos da questão vários pontos foram abordados, desde a formação do profissional, até a sua organização, passando pela divulgação do profissão.

MUITO OBRIGADA(O)!

Muitos colaboraram, conosco para tornar realidade todos os eventos do ano de 1981. Os descontos oferecidos pela Interfoto, Renault e GGE nos foram de grande valia.

Mas muito particularmente agradecemos à ESDI e à PUC pela cessão do espaço para realização do Seminário Sobre Tecnologia, do Curso Sobre Mobilidade e do Encontro do Rio de Janeiro, e mais particularmente ainda agradecemos ao José Carlos Concirção, do ZEZ, pela impressão gratuita deste Jornal, dos cartões, do cartaz do ENDI, enfim, de todo material impresso que nos foi necessário para nossa administração e divulgação.

Muito Obrigada!



Figura 3.6 Capa do Jornal da APDINS-RJ n. 3, de dezembro de 1982.

Dos “587 questionários distribuídos pela equipe de recenseadores”, apenas “226 questionários retornaram respondidos”, ou seja, 38,5 % do total.¹⁵⁴ Desse universo de 226 profissionais, o censo mostrava que 28,6 % deles, quase um terço do total, não atuavam na profissão ou encontravam-se desempregados. Os 67,4 % que atuavam na profissão foram divididos em empregados e autônomos. Sem apresentar os números de profissionais dessa divisão, o documento afirma que um terço dos empregados trabalhava em órgãos do governo e estatais.

A indústria e os escritórios eram os maiores contratantes na área da iniciativa privada. A maioria dos empregados atuava na área de programação visual, sendo que o desenho de produto era o mais praticado na indústria e nos órgãos do governo. Quanto à remuneração, 69,2 % dos empregados ganhavam entre quatro e nove salários mínimos da época.¹⁵⁵

Entre os autônomos, verificou-se que a maioria tinha mais de três anos de formados. O censo concluía que “à medida que aumenta o tempo de exercício da profissão e conhecimento do mercado, a tendência do profissional é tornar-se autônomo”. Entretanto, o censo alertava que essa conclusão “também se estabelece em função do declínio de empregados (Quadro 2) no período de três a cinco anos, e o crescimento de autônomos no mesmo período”,¹⁵⁶ ou faixa de tempo de formados. As empresas privadas representavam o grande mercado para o autônomo. As agências de publicidade, por sua vez, contratavam mais autônomos que empregados designers. A maioria dos autônomos, 72,91 %, atuava exclusivamente com programação visual. O censo concluía que a maioria dos que atuava em desenho de produto exercia “também funções na área de programação visual, enquanto os que” atuavam “em programação visual raramente efetuam trabalhos em desenho de produto”.¹⁵⁷

Nessa época, o Brasil estava em recessão econômica (Figura 3.7). O mercado de trabalho não se expandia, mas o censo demonstrava que cerca de 2/3 dos designers estavam trabalhando em alguma esfera da profissão, com predomínio da programação visual. Restrições existiam, porém o quadro não era tão desanimador. Havia algo de concreto para motivar a continuidade da luta pela hegemonia do campo profissional.

154 Censo 1982 dos Desenhistas Industriais do Rio de Janeiro. Em papel timbrado do escritório Modular. Rio de Janeiro: APDINS-RJ, fevereiro de 1983. 9 páginas. Impresso pela ZEZ Programação Visual Ltda, de propriedade de José Carlos Conceição. Participaram da análise dos dados: Nilson Santos, Lígia Maria Sampaio, Laura de Sá Nery e Luiz Fernando Gerhardt.

155 *Id.Ibid.*

156 *Ibidem.*

157 *Ibidem.* Na classificação dos tipos de projetos desenvolvidos, o de identidade visual era o mais frequente.

Como a publicação dos resultados do censo foi feita ao final da gestão da Diretoria de 1981 a 1983, o aproveitamento de seus dados para auxiliar a definir ações da APDINS-RJ ficou para a próxima Diretoria, a ser eleita para o biênio 1983/1985.

A estruturação da Associação, pela Diretoria de 1981/1983, iniciou-se pela campanha de verbas e busca de uma sede que não fosse localizada nos escritórios dos diretores. A primeira medida para sanar as finanças foi reajustar o valor da anuidade do sócio, de Cr\$ 800,00 para Cr\$ 3.600,00.¹⁵⁸ Em abril de 1981, a APDINS registrava 184 associados, dos quais 150 encontravam-se em débito com sua anuidade.¹⁵⁹

158 INFORMATIVO APDINS-RJ, datado de abril de 1981. *Op.Cit.*

159 *Id.Ibid.*

jornal da apdins/rj

Associação Profissional dos Desenhistas Industriais
de Nível Superior do Rio de Janeiro

ABRIL 1982 N° 4

Desemprego: O Fantasma que se Materializou

Houve tempo em que o fantasma do desemprego perseguia os desenhistas industriais. Desde os primeiros, nas primeiras aulas de escola, havíamos falar da sua ameaça. Discutiam-se então as razões para a existência de uma escola que não era respaldada na demanda do mercado.

A ESDI em 68 até parou as aulas. Realizaram-se seminários, procuraram-se soluções para equacionar a dicotomia escola-mercado, houve a polêmica participação na BIENAL e resultaram algumas modificações no currículo e substituições de professores.

As turmas foram saindo, cada um se virando, na base do sabe-se quem puder, alguns desistindo, não se sabe por opção ou falta de chances, mas nunca em todos estes anos conseguimos realizar uma avaliação ao menos superficial do mercado e da real inserção dos profissionais no mercado.

Hoje, ambientado — palavras que consolam — ao falar de desemprego não estamos sozinho. Já estão arquitetos, engenheiros, advogados, publicitários, economistas, igualmente desempregados ou subempregados.

O sindicato dos engenheiros vai aos jornais e declara que somos "5.000 desempregados no Rio".

E os desenhistas industriais? Acobertados sob a falso capa de "infiltração" nos equívocos de encarar a realidade. E, na verdade, não passamos de bolas frias que não contam sequer com a garantia do trabalho sazonal. Fazendo falta, aqui e ali como qualquer bombeiro ou técnico de TV de porta em porta, mas com a pose de profissionais liberais, ganhamos às vezes

menos que aqueles, e vivemos a cada dia a angústia de batalhar a incerta subsistência. Comemos, ao final do mês, o produto de nossas cabeças e mãos num processo auto-líquido.

E bem, só para refrescar a memória, lembrar que "free-lancer" ou autônomo (usado para profissionais de menor status) era aquele que escolhia trabalhar sem vínculo empregatício, para não se submeter a horários, chefes e patrões, e que trocava as garantias de férias, 13^o, licença em caso de doença, por uma remuneração por trabalho bastante substancial.

Quantas vezes os empregados assalariados não invejaram aquelas pessoas que apareciam rapidamente, uma ou duas vezes por mês na empresa, ementas bem flexíveis — o cumprimento de prazos fixos por conta dos empregados — e que com um ou dois trabalhos, recebiam mais que o salário mensal de um profissional de nível semelhante.

Atualmente, entretanto, temos a figura do consultor, colaborador, seja lá qual for o título, que tem um projeto a executar, com prazos rígidos, local e horário de trabalho, chefe, e tudo o mais o que o assalariado tem direito, inclusive salários de "experiência", sem direito a férias, 13^o, licença e reclamações na justiça. E somos todos obrigados a entrar no jogo e apenas reclamar aos sussurros, sem gritos, pois se ouvirem não nos chamam de novo.

Vale frisar que não falamos de casos específicos e hoje, como já dissemos, não se trata do produto de desenhista industrial. É óbvio que este é um problema de conjuntura, que hoje envolve não só o Brasil como grande

parte do mundo desenvolvido — já somos desenvolvidos?

A solução? Mais uma vez não está na cartola de nenhum mágico. E, não há de ser em termos individuais que a encontraremos enquanto tais.

Os engenheiros e arquitetos podem encaminhar mais objetivamente suas reivindicações. Eles sabem quantos são, têm uma profissão regulamentada, conhecem as potencialidades do mercado.

E os desenhistas industriais?

Continuamos sem nada saber. Quantos profissionais estão atuando, onde, quanto ganham, o que já fizeram?

A APDINS/RJ organizou um questionário objetivando conhecer os profissionais. Já é um passo. Temos a obrigação de depois fazer o censo das empresas. Mas por enquanto, o dos profissionais já será muito em relação ao nada que temos. Mas para isto precisamos da participação e colaboração dos colegas. Não temos como contratar entrevistadores. Se cada profissional se responsabilizar pela entrega e cobrança de 5 questionários, ou se cada um procurar a APDINS/RJ para preencher o seu questionário — o que poderá ser feito na assembleia do dia 30 — e, se todos responderem ao censo responsável, sério e honestamente, começamos bem.

Estamos trabalhando em conjunto, preparando as bases para reivindicações futuras. Mas, já então, fundamentadas em dados reais.

A terra está pesada. O mundo vai mal. Mas, com solidariedade é mais fácil vencer os obstáculos. E salva a seleção!

O Jornal da APDINS está de cara nova. Mas, muito mais que uma simples cirurgia plástica, pretendemos fazer um novo Jornal. Ou, um Jornal de fato, enquanto canal de comunicação entre os Desenhistas Industriais. Para isso, abrimos novos espaços

(seções) como a Seção de Cartas, os classificados e, principalmente, artigos de fundo que tentam captar, retratar e discutir a nossa realidade e situação profissional.

Toda comunicação requer um emissor, uma "mídia" e um

receptor. Nós assumimos o papel do emissor e oferecemos o meio pelo qual a comunicação é transmitida, mas, é fundamental o "feedback" do receptor. Portanto, participe.

Figura 3.7 Capa do Jornal da APDINS-RJ n. 4, de abril de 1982.

Uma “Campanha de Novos Associados” foi lançada, na qual se solicitava que os sócios distribuíssem fichas de inscrição para “algum colega que ainda não pertença à APDINS”.¹⁶⁰ Os locais para onde deveriam ser enviados os cheques e as fichas eram a sede provisória no escritório da Equipe Design, em Copacabana, além dos endereços do escritório da PVDI, em Botafogo, da ESDI e da Fundação do Estado dos Servidores Públicos – FESP, na qual trabalhava José Ricardo.

A Diretoria de 1981/1983 passou a promover festas e bailes para arrecadar dinheiro e para atrair novos sócios. A primeira festa ocorreu em 9 de maio de 1981, na Avenida Niemeyer, e tinha como um de seus objetivos comemorar a eleição da nova Diretoria, ocorrida em março do mesmo ano.¹⁶¹ A estrutura das festas era possibilitada pela colaboração direta de alguns sócios, como o “empréstimo” da casa na Avenida Niemeyer.¹⁶²

As festas e os eventos culturais, promovidos ou apoiados pela APDINS, serviam de fórum de encontro com possíveis novos sócios, e havia ficha de cadastro disponível no local do evento, segundo Eliana Formiga.¹⁶³

Um boleto bancário passou a ser enviado pelo correio após a instalação da cobrança por carnê, em agosto de 1981.¹⁶⁴ Eliana Formiga diz que a instituição do boleto facilitou a arrecadação, embora os atrasos e as inadimplências persistissem em parte, pois “metade pagava, metade não pagava. Uns pagavam numa época, outros pagavam noutra”.¹⁶⁵ De qualquer modo, a campanha de novos sócios e de aumento de arrecadação começou a trazer alguns benefícios. Em 1º de outubro de 1981, a APDINS-RJ registrava o número de 235 associados e esperava atingir 280 sócios até o final do mesmo ano.¹⁶⁶

Em agosto de 1981, uma sala era “alugada com muito esforço”¹⁶⁷ para funcionar como sede da Associação. Era a primeira vez que a APDINS teria uma sede fora dos escritórios dos seus diretores. A sala era localizada na Rua Bambina, n. 158, sobreloja, em Botafogo. Segundo Eliana Formiga, a sala já possuía telefone e, apesar das dificuldades financeiras iniciais, uma secretária foi contratada “por algumas horas por semana”.¹⁶⁸ O local teria sido escolhido porque era permitido realizar reuniões à noite, horário preferencial para os diretores e demais designers.

160 *Ibidem*.

161 Carta ao associado, de 5 de maio de 1981, assinada por “APDINS-RJ – Diretoria”. 1 página.

162 Conrado Niemeyer emprestou sua residência para algumas festas e José Carlos Conceição imprimiu os impressos de divulgação. Armando Clemente cuidou do som da festa de 9 de maio. Cf. “A gente brincou de fingir que está tudo bem, mas ninguém é avestruz..” INFORMATIVO APDINS-RJ, *Op.Cit.* 1981.

163 Entrevista realizada com Eliana Formiga. *Op.Cit.* 2002.

164 Carta aos associados, de 6 de agosto de 1981, assinada por Maria Luiza Corrêa Pinto como diretor administrativo.

165 Entrevista realizada com Eliana Formiga. *Op.Cit.* 2002.

166 JORNAL DA APDINS-RJ, n. 2, novembro de 1981. p. 3.

167 JORNAL DA APDINS-RJ, n. 1, setembro de 1981. p. 1.

168 Entrevista realizada com Eliana Formiga. *Op.Cit.* 2002.

As reuniões da Diretoria passaram a se realizar semanalmente na nova sede, e para lá também mudaram as reuniões das comissões de trabalhos.¹⁶⁹

Com a sede efetivada, as atenções da Diretoria voltaram-se para o 2º ENDI, marcado para novembro de 1981. A APDINS-RJ se comprometeu a assumir, junto com a APDINS-PE, a realização do evento.¹⁷⁰ Para discutir as posições dos cariocas sobre as questões a serem debatidas e decididas em Pernambuco, a APDINS-RJ realiza um PRÉ-ENDI, de 5 a 14 de outubro de 1981, na PUC-Rio. Esse encontro teve caráter estadual e foi estruturado na forma de mesas-redondas e com um grupo de trabalho.

Sem informar o número de participantes, o jornal da Associação afirma que “apesar de não ter sido expressivo o comparecimento de profissionais ao Encontro Estadual, pode-se considerar como bons os resultados desse evento”.¹⁷¹ As resoluções tiradas para serem levadas ao 2º ENDI foram: a) propor ao MEC uma comissão para vistoriar a implantação do currículo mínimo; b) convidar os deputados Marcelo Cerqueira e Athiê Cury para o ENDI para debater o projeto de regulamentação; c) propor abaixo-assinado nacional em apoio ao projeto de regulamentação, aprovado no 1º ENDI; d) realizar um censo nacional com questionário, cujos termos foram apresentados no PRÉ-ENDI carioca; e) elaboração de uma tabela de honorários, e f) proposta de incentivo à criação de novas APDINS.¹⁷²

Além de propor temas e documentos para discussão, a APDINS-RJ dividiu com a APDINS-PE a coordenação do programa e as discussões de quem seria convidado a palestrar no evento.¹⁷³

O 2º ENDI foi realizado em Recife, de 3 a 6 de novembro de 1981, “com a participação de 250 profissionais e estudantes do Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Brasília e um representante

169 O sistema de comissões de trabalhos reunindo diretores e alguns sócios mais ativos foi usado ao longo da gestão como forma de encaminhar atividades específicas, e suas reuniões e formações eram divulgadas pelos jornais da Associação.

170 Este compromisso está expresso no JORNAL DA APDINS-RJ, n. 1, setembro de 1981. Em meados do mesmo ano devido a problemas locais e a realização de eleições internas da APDINS-PE, o 2º ENDI tinha sido adiado de outubro de 1980 para novembro de 1981. A Diretoria carioca, na época, manifestava preocupações com a efetiva realização do evento em Pernambuco.

171 JORNAL DA APDINS-RJ, n. 2, novembro de 1981. p. 1.

172 *Id.Ibid.*

173 Estas decisões, especificamente, parecem ter ficado a cargo de Anamaria de Moraes e do arquiteto João Roberto Nascimento, conhecido como “Peixe”, da APDINS-PE. Nilson Santos, Maria Luiza, José Ricardo, sua esposa Raquel, e Eliana se ocuparam mais da organização do 2º ENDI que os demais diretores que estavam cuidando de outras frentes. A identidade visual e os impressos do 2º ENDI foram feitos em Pernambuco. Entrevista realizada com Eliana Formiga. *Op.Cit.* 2002.

da ALADI”.¹⁷⁴ O tema central do encontro foi “O Desenhista Industrial e o Mercado de Trabalho”. Podemos considerar que esse tema refletia as preocupações dos desenhistas industriais da época. A identidade visual do evento trazia um homem com um lápis nas costas e um dos pés apoiado em uma corda bamba. Essa imagem confirma, para nós, a ênfase das preocupações da época com o mercado de trabalho.

Entre os palestrantes previstos para o evento estavam Lúcio Grinover e Alessandro Ventura, que ainda eram associados à ABDI pelos membros das APDINS. Porém, já eram reconhecidos como pioneiros da área de design enquanto a ABDI era considerada coisa do passado.¹⁷⁵

Entre as proposições aprovadas no 2º ENDI, encontra-se a sugestão de criação da APDINS-SP.¹⁷⁶ Circulavam notícias, que foram confirmadas no evento, que Paraná e Minas Gerais já estavam em fase de formação de APDINS locais. Acreditava-se que o modelo pré-sindical e estadual iria se propagar pelo país, e isso poderia viabilizar uma organização em nível nacional da categoria, auxiliando, assim, a regulamentação da profissão e a própria sindicalização das APDINS.

No balanço do 2º ENDI, feito pela diretora cultural Anamaria de Moraes, a definição do papel das APDINS frente a outras entidades de desenho industrial foi considerada um dos pontos positivos do evento de Pernambuco. As APDINS cumpririam o papel de “entidades de classe, que representam a categoria profissional dos desenhistas industriais” e, portanto, seriam “compostas apenas por profissionais [...] e estudantes de Desenho Industrial”.¹⁷⁷ As demais entidades associativas, como o fora a ABDI, ou as do tipo do NDI da FIESP, teriam caráter cultural ou de divulgação do desenho industrial, e seriam “patrocinadas por empresários e/ou profissionais, e que contam em seus quadros com empresários, amigos, interessados, beneméritos e desenhistas industriais”.¹⁷⁸

Admitindo que as duas formas de entidade não eram excludentes, a diretora cultural informa que, apesar disso, o Encontro decidiu “incentivar a formação de associações de e para profissionais”.¹⁷⁹ Portanto, “por decisão da Assembléia”, os ENDI’s

174 JORNAL DA APDINS-RJ, n. 3, dezembro de 1981.

175 Entrevista realizada com Eliana Formiga. Op.Cit. 2002. Antes do 2º ENDI, a APDINS-RJ já noticiava o esvaziamento da ABDI, e que a antiga Associação estava restrita a um grupo pequeno e sem representatividade. Porém, o estado de São Paulo era tido com o maior número de profissionais e lamentava-se que os “colegas paulistas” ainda não teriam organizado uma associação de classe que “democraticamente defenda o desenhista industrial”. Cf. JORNAL DA APDINS-RJ, n. 2, novembro de 1981.

176 JORNAL DA APDINS-RJ, n. 2. Op.Cit. p. 8 e JORNAL DA APDINS-RJ, n. 3. *Op.Cit.* p. 4.

177 MORAES, Anamaria. “O 2o ENDI: O Último do Desenho Industrial”. In JORNAL DA APDINS-RJ, n. 3, dezembro de 1981. p. 3.

178 *Id.Ibid.*

179 *Ibidem.*

passariam da denominação ‘Encontro Nacional de Desenho Industrial’ para “Encontro Nacional de Desenhistas Industriais – ou seja, um encontro dos profissionais do DI”.¹⁸⁰

Nota-se, aqui, a influência das APDINS nos rumos do ENDI, ao direcionar o caráter do encontro nacional da área profissional para próximo aos seus próprios perfis associativos. Tentando diminuir, assim, o poder de atuação de outros tipos de entidades nos próximos ENDI’s.

A influência específica da APDINS-RJ pode ainda ser avaliada no fato de os documentos tirados no PRÉ-ENDI do Rio de Janeiro terem subsidiado a maior parte das discussões dos grupos de trabalhos do 2o ENDI.¹⁸¹ O Encontro de Pernambuco aprovou um abaixo-assinado dos profissionais presentes, que seria encaminhado ao deputado Athiê Coury, do PSD/SP, e “aos poderes competentes”, referendando o projeto, aprovado pelo 1º ENDI, como aquele “que realmente representa os anseios da categoria”.¹⁸²

A criação da Comissão Permanente de Desenho Industrial junto ao MEC, para acompanhar a implementação do currículo mínimo, que tinha sido aprovada no 1º ENDI, foi ratificada pela assembleia do 2º ENDI.¹⁸³ Tinham se passado 2 anos sem que a Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação – Sesu/MEC “se manifestasse conclusivamente sobre o assunto”.¹⁸⁴

O questionário, proposto pela APDINS-RJ, para a realização de um Censo Nacional da situação dos designers no país foi aprovado pelo 2º ENDI “com pequenas modificações”.¹⁸⁵ Quanto à elaboração da tabela de honorários, o Grupo de Trabalho II – “Remuneração Profissional do Desenhista Industrial”, concluiu, com recomendações para se seguir o piso salarial previsto no projeto de regulamentação aprovado no 1º

180 *Ibidem*.

181 Eram 4 grupos de trabalho: Mercado de Trabalho do Desenhista Industrial, Universidade e Mercado de Trabalho, Remuneração Profissional e Organização Profissional. Cf. *Jornal da APDINS-RJ*, n. 1, de setembro de 1981. p. 1.

182 MORAES, Anamaria. “O 2o ENDI: O Último do Desenho Industrial”. In *JORNAL DA APDINS-RJ*, n. 3. *Op.Cit.* 1981. p. 3.

183 Cf. *JORNAL DA APDINS-RJ*, n. 3, *Op.Cit.* 1981. p. 2.

184 Grupo de Trabalho II – “Universidade e Mercado de Trabalho” – Conclusões. Pernambuco: 2o ENDI, 1981, 5 páginas. O documento considerava que a composição ideal para a Comissão Permanente “seria de 15 membros, representantes dos núcleos de ensino de desenho industrial e/ou associações das respectivas regiões brasileiras”. Apenas sete nomes eram sugeridos previamente pelo mesmo documento: Carlos Alberto Sá Barros (Universidade Federal do Maranhão); Márcio Brandão (Universidade Federal do Maranhão); Gustavo Amarante Bomfim (Universidade Federal da Paraíba); Lia Mônica Rossi (Universidade Federal da Paraíba); Valdir Soares (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Sérgio de Andrade (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Mário Murcio Generoso (Fundação Universidade Mineira de Artes de Ensino Superior do Ministério de Educação).

185 MORAES, Anamaria. “O 2o ENDI: O Último do Desenho Industrial”. In *JORNAL DA APDINS-RJ*, *Op.Cit.* 1981.

ENDI para os empregados e a referência de uma hora técnica para o cálculo de remuneração para autônomos. Dessa forma, não se chegou a uma tabela fixa de honorários para preços de projetos. E sim a uma listagem de tipos de projetos e uma proposta de carta-contrato para prestação de serviços entre designer e cliente, na qual a remuneração pelo projeto seria definida por alguns critérios como: horas técnicas gastas, prazo do trabalho, complexidade do projeto e preço de mercado. Esse preço de mercado poderia ser apurado a partir do apoio fornecido pelas APDINS a seus associados.¹⁸⁶

O Grupo de Trabalho IV – “Organização Profissional” considerou que a ALADI era um “fato consumado” e, portanto, deveria o Brasil se organizar para poder participar da estruturação da associação latino-americana.¹⁸⁷ Por esse motivo e pela necessidade de unir profissionais de diversos estados para uma ação conjunta sobre questões do interesse de todos, foi proposta e aprovada a criação do Comitê Nacional Provisório dos Desenhistas Industriais.¹⁸⁸

O Comitê teria a função de representar o Brasil na ALADI, incentivar a criação de entidades de classe nos estados onde elas não existissem, acompanhar e acelerar a proposta de currículo mínimo e o processo de regulamentação profissional, representar nacionalmente a categoria diante de entidades e organismos que tivessem como função gerar “políticas, programas e atividades de caráter geral” da área do desenho industrial¹⁸⁹ e propor as bases para realizar o 3º ENDI.

O Comitê deveria ser “composto de 12 membros, representantes das entidades de classe existentes no país”, ou de representações de escolas quando não houvesse, no estado, uma associação profissional dos designers. As duas APDINS existentes, devido à “estrutura administrativa disponível”, funcionariam como canal de agilização dos trabalhos.¹⁹⁰

186 Conclusões do Grupo de Trabalho III – “Remuneração Profissional do Desenhista Industrial”. Pernambuco, 2o ENDI, 1981. 4 páginas mimeografadas.

187 Grupo de Trabalho IV – “Organização Profissional” – propostas para a plenária do 2o ENDI. Pernambuco, 2o ENDI, 1981. 4 páginas.

188 Proposições aprovadas na Plenária do 2o ENDI. JORNAL DA APDINS-RJ, n. 3, *Op.Cit.* 1981. p. 2.

189 Grupo de Trabalho IV – “Organização da Profissão” – propostas para a plenária do 2o ENDI. Pernambuco, 2o ENDI, 1981. 4 páginas.

190 *Id.Ibid.* No mesmo documento, aparece uma relação de 11 representações propostas: 1) Núcleo APDINS / Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; 2) ABDI (São Paulo); 3) Fundação Educacional de Bauru; 4) APDINS-RJ; 5) APDINS-PE; 6) Núcleo de Design Básico de Minas Gerais; 7) ALADI; 8) Maranhão, Escola de Desenho Industrial; 9) Paraíba, Escola de Desenho Industrial; 10) Brasília, por meio do grupo de profissionais existente; 11) Dois estudantes eleitos pelos estudantes presentes ao 2º ENDI. As escolas relacionadas ao Maranhão e à Paraíba parecem ser a UFMA e a UFPB, por estarem presentes no evento e, em conjunto com demais cursos de design de universidades públicas, constituíram uma forte presença no Grupo de Trabalho II, do 2o ENDI. Estavam também presentes, neste Grupo de Trabalho, representantes da UFPE, UFRJ e FUMA-MG.

A formação do Comitê possibilitaria o incentivo à criação de outras APDINS, e consolidaria o modelo pré-sindical e estadual pelo país. As duas APDINS existentes exercendo a centralização da organização da entidade nacional, reforçariam suas posições em nível nacional. A intenção era que o Comitê funcionasse em caráter provisório até ser ratificado no 3º ENDI.

Durante 1982, contatos foram feitos entre representações de algumas das entidades relacionadas. Anamaria de Moraes foi eleita, em 30 de março de 1982, como representante da APDINS-RJ no Comitê Nacional de Desenhistas Industriais de Nível Superior do Brasil – CNDINS-BR.¹⁹¹

Mas, na prática, o Comitê não chega a atuar como esperado. A falta de fóruns nacionais intermediários entre o 2º e o 3º ENDI e a falta de recursos para manter viagens dos representantes na periodicidade prevista inicialmente (de 3 em 3 meses) impediram o funcionamento do Comitê nos moldes idealizados. Além disso, divergências de encaminhamento do projeto de regulamentação entre a APDINS-RJ e a APDINS-PE demonstraram as dificuldades ainda existentes para ações conjuntas, de alcance nacional, na época.¹⁹²

Os contatos com a ALADI foram uma das atividades do campo de relações institucionais da Diretoria de 1981/1983. Segundo Eliana Formiga, as informações sobre a situação da ALADI e do desenho industrial nos demais países da América Latina eram trazidas por Valéria London e Joaquim Redig, que compa-

191 Esboço à mão de carta para Margarida Barbosa Correia Lima da APDINS-PE, assinada por Anamaria de Moraes. Sem data. (Após 17 de abril de 1982, conforme relato do texto) Rio de Janeiro. 7 páginas pautadas. Acervo de Anamaria de Moraes. Os “NS” do final da sigla significava Nível Superior, aludindo, assim, ao mesmo nome das APDINS.

192 Em 1982, a APDINS-RJ tenta encaminhar o projeto de regulamentação do 1º ENDI via assessoria do Senador José Sarney. Essa decisão teria sido em função das dificuldades encontradas em contatar o deputado Athiê Coury e por causa da “falta de representatividade dos abaixo assinados”, que foram decididos no 2º ENDI em favor do projeto do 1º ENDI. Praticamente, os abaixo-assinados só foram encaminhados na cidade do Rio de Janeiro. A APDINS-PE não participou das reuniões com a assessoria do senador José Sarney, em Brasília, por “não concordar com esta iniciativa” e por querer chegar a um entendimento com o deputado Athiê Coury, conforme decisão tirada no 2º ENDI. Nos contatos em Brasília, a APDINS-RJ ficou sabendo pelo Dr. José Soares, diretor das comissões técnicas do Senado, que a criação de um Conselho Federal, contida no projeto de regulamentação do deputado Athiê Coury, era inconstitucional. O mesmo problema ocorreria com o projeto do 1º ENDI. O Senador José Sarney se dispôs a entrar em contato com o deputado Athiê Coury para encaminhar as modificações necessárias à viabilização no Congresso. Mas, devido ao período eleitoral de 1982, o processo foi adiado para março de 1983. “Projeto de regulamentação da profissão de desenhistas industriais – Histórico”. Sem data. (Provavelmente entre setembro de 1982 e janeiro de 1983). 2 páginas mimeografadas. Papel timbrado da APDINS-RJ.

reciam às reuniões da Diretoria da APDINS-RJ.¹⁹³ Joaquim Redig foi do Conselho Fiscal de 1981/1983 e Valéria London atuava na representação do Brasil na ALADI e foi indicada pela APDINS-RJ para representar a Associação no Conselho do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.¹⁹⁴ A inclusão da APDINS-RJ nesse Conselho muito provavelmente foi influenciada pelo IDI-MAM, que possuía com a Associação profíssional laços comuns na ESDI. Além disso, Maria Beatriz Af-falo Brandão (Bitiz) trabalhava no IDI, na época, e também atuava com Redig e London nos contatos com a ALADI.¹⁹⁵

Os eventos e acontecimentos sobre outras instituições de design eram acompanhados ou noticiados pela APDINS. Entretanto, o que ocorria em sindicatos ou associações profissionais de outras categorias era agora pouco noticiado. Destacamos a realização da Conferência das Classes Trabalhadoras – CONCLAT, em São Paulo, que decidiu pela “constituição de uma Central Única dos Trabalhadores – CUT”.¹⁹⁶ E o repúdio à intervenção no Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro.¹⁹⁷

A divulgação de concursos e oportunidades de trabalho para a área de design aparece noticiada na maior parte dos impressos da Diretoria de 1981/1983. Por um lado, reflete o perfil da gestão de dar ênfase a atividades culturais. Por outro, representa, em nosso entender, um crescimento do campo que se processou ao longo dos anos de 1980, por parte dos designers.

Os concursos eram de diversas naturezas de projeto e de instituições diferentes, tanto do Rio de Janeiro quanto de outros estados. Destacamos o concurso para o logotipo e bandeira do Partido dos Trabalhadores – PT, em São Paulo, o concurso “Produto para o Deficiente Físico”, promovido pelo CNPq, em Brasília,¹⁹⁸ e o concurso de identidade visual da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. As ofertas de trabalho ou emprego apareciam em menor número que

193 Entrevista realizada com Eliana Formiga. *Op.Cit.* 2002. Algumas notícias sobre a ALADI e a situação do desenho industrial nos países latino-americanos foram veiculadas no JORNAL DA APDINS-RJ, n. 4 e n. 6, de abril e outubro de 1982, respectivamente.

194 O Conselho era responsável pela formulação da política cultural do MAM. Cf. JORNAL DA APDINS-RJ, n. 1, de setembro de 1981.

195 Seu nome aparece como contato para a ALADI, ao lado de London e Redig no jornal da APDINS-RJ N. 6, de outubro de 1982. Matéria sobre o IDI do MAM foi publicada no JORNAL DA APDINS-RJ, n. 5, de setembro de 1982, o que confirma a relação entre ambas as instituições, nesta época.

196 JORNAL DA APDINS-RJ, n. 2, de novembro de 1981. p. 8.

197 INFORMATIVO APDINS-RJ. Sem data (provavelmente de junho de 1981). Rio de Janeiro: APDINS-RJ, 1981. 2 páginas mimeografadas.

198 Ambos os concursos aparecem no INFORMATIVO APDINS-RJ. Sem data (provavelmente de junho de 1981). *Op.Cit.* Como reflexo do panorama de concursos na época, a Diretoria convocava associados para discutir, em 15 de junho de 1981, proposta de normas para elaboração e participação de designers em concursos.

os concursos e abrangiam desde vaga para professores em cursos de design,¹⁹⁹ até emprego para desenho de produto em empresas.²⁰⁰

Os eventos promovidos por outras instituições de design também foram cobertos pela divulgação da APDINS-RJ. Citamos como exemplos: o seminário sobre desenho industrial, promovido pelo Núcleo Básico de Design de Belo Horizonte, realizado de 10 a 13 de agosto, na capital mineira; o seminário sobre desenho industrial e pequena e média empresa, promovido pelo NDI-FIESP, de 19 de maio a 30 de junho de 1981;²⁰¹ e o seminário da CACEX sobre controle de qualidade e embalagem, realizado em dezembro de 1981.²⁰²

A gestão de 1981/1983 registrou, também, os falecimentos de Aloísio Magalhães e Mário Ewerton Fernandez, ambos em 1982. As notícias lamentavam a perda dos designers e destacavam suas contribuições ao campo profissional e à própria APDINS-RJ, de cuja fundação ambos participaram.²⁰³

Dos eventos culturais e profissionais, promovidos pela própria APDINS-RJ, constavam também seminários e cursos sobre Desenho Industrial. Destacamos o “Seminário Sobre Tecnologia”, realizado durante cinco dias no final de setembro de 1981, na ESDI, à noite, com a presença de “110 pessoas entre profissionais e estudantes”.²⁰⁴

Os cursos foram uma das atividades culturais que marcaram a Diretoria de 1981/1983. Faziam parte das preocupações com a formação profissional que, entre outros, compuseram os objetivos da Associação na época de sua constituição, e eram valorizados como uma de suas metas, pela Diretoria da APDINS-RJ, embora não tenham conseguido realizar cursos no volume pretendido inicialmente.²⁰⁵

199 Vaga para professor de projeto na Universidade Federal da Paraíba. Cf. INFORMATIVO APDINS-RJ Sem data (provavelmente de junho de 1981). *Op.Cit.*

200 Vaga para desenhista de produto no Centro de Tecnologia Hospitalar e de Engenharia de reabilitação em Brasília. Cf. INFORMATIVO APDINS-RJ, n. 6. *Op.Cit.* 1982. p. 7.

201 Ambos os seminários aparecem no JORNAL DA APDINS-RJ, n. 2, de novembro de 1981.

202 JORNAL DA APDINS-RJ, n. 5. *Op.Cit.* 1982. 8 páginas. p. 3.

203 O falecimento de Aloísio Magalhães é registrado no JORNAL DA APDINS-RJ, n. 5. *Op.Cit.* 1982 (Figura 3.8) e o de Mário Ewerton, no JORNAL DA APDINS-RJ, n. 6, de outubro de 1982 (Figura 3.9).

204 Participaram como palestrantes: Nilton Vargas, Ciro Flamarion, José Ricardo Tavile, Michel Tiollent e Cícero Gontijo. Sobre o seminário, a APDINS-RJ destacava que as questões mais importantes debatidas foram: “a evolução tecnológica e o seu papel na dominação e fator de hegemonia entre países” e a necessidade de os designers se familiarizarem com a computação. Cf. JORNAL DA APDINS-RJ, n. 2. *Op.Cit.* 1981 e folheto de divulgação do Seminário, Rio de Janeiro: APDINS-RJ, setembro de 1981. Tamanho A4.

205 Contatos foram realizados com outras entidades no sentido de organizar uma sistemática de oferecimento de cursos, como a UNIVERTA e a Associação de Fabricantes de Móveis

Mesmo assim, com o apoio de alguns sócios e das instituições de ensino de design, alguns chegam a se realizar.²⁰⁶ Os cursos também tinham a função de arrecadar fundos para ajudar a pagar as despesas da Associação, como o aluguel da sede na Rua Bambina.

– AFAM. JORNAL DA APDINS-RJ, n. 2. *Op.Cit.* 1981. p.3.

206 Na ESDI, houve o “Origens e Características do Mobiliário no Brasil”, ministrado por Tilde Conti, em outubro de 1981, e na PUC, o “Transferência de Tecnologia e Propriedade Industrial” ministrado por Cícero Gontijo, em outubro e novembro de 1981. Folhetos promocionais editados pela APDINS-RJ, em 1981. Joaquim Redig e Gustavo Amarante Bomfim ofereceram cursos em março e abril de 1982, na sede da APDINS-RJ. Jornal da APDINS-RJ N. 4. *Op.Cit.* p.8. Um curso sobre produção gráfica foi oferecido, em abril de 1982, por um convênio entre APDINS-RJ e Univerta, na Rua da Lapa, n. 120, e ministrado por Erasmo de Holanda. JORNAL DA APDINS-RJ. Rio de Janeiro: APDINS-RJ, n. 4, abril de 1982. p. 8.

jornal da apdins/rj

Associação Profissional dos Desenhistas Industriais
de Nível Superior do Rio de Janeiro

Setembro 1982 N.º 5

Abra a janela

O ano é de eleições, os tempos são de abertura. O momento de latência, o mês de 120 milhões em ação. Depois do mudo, o reencontro. E é nesta hora, que desejamos falar não de obrigações, mas de prazer.

Sempre que falamos do trabalho da associação, e começamos seus associados, fazimo-lo como se carregássemos um pesado fardo, remando contra a maré.

— Onde estão os p... dos associados que não aparecem?

Hoje, entretanto, gostaríamos de dizer mais: — Você não sabe o que estão perdendo?

O chupinho depois do papo,
A alegria dos reencontros,
Colegas de faculdade,
Amigos de curso,
Companheiros de jornada,
Vivemos alegrias, não só amolações.

Ver-nos, rever-nos a cada semana.
Bater um papo,
Trocar uma ideia,
Sem a tensão do trabalho.
Sem a competitividade da batalha pelo pão de cada dia.
Reunir, discutir, brigar, fazer projetos.
Algumas fantasias,
Delírios mesmo.
Mas, no meio disto tudo, a convivência,
a comunicação.

Aprender a cada dia que o processo é lento.

Que a graça está em recomeçar, com o coração no futuro e a cabeça no presente — Roma não foi feita em um dia.

Estão aí as associações, o momento político, a exigir a participação de todos.

Mas não há pressa, as batalhas perdidas ensinaram-nos algumas lições.

Se queremos mudar algo, comecemos pela conciliação do nosso espaço, pelo reconhecimento do outro, pela percepção do vizinho. Cheguemos a profissão, Ombro a ombro. Todo mundo na mesma canoa.

A regulamentação da profissão vem.

Condições dignas de trabalho, conseguir-se-ão.

Mas, nos entressabias, entretempos, entressabios, entressabios e entressabios, exercitamos a solidão. Que se iniciou no alívio desconfortado, passa pelo aperto de mão anêmico, pelo calor do abraço, pelo papo na mesa do bar, pela saudade. Dos tempos de escola, daquele trabalho, do qual deixamos.

Tentativas fracassadas.
Sucessos.
Amigos.
Sem rancor, sem julgamentos.
Firmando posições,
Com a dignidade possível,
Impulsionados pela crença em dias melhores.
Sem nos deixarmos sufocar pelo cotidiano.

Apareça, queremos saber de você,
Sua pessoa.
Falar das Malvinas,
Do chefe,
Da seleção,
Do desemprego,
Das eleições,
Da vida dos outros,
E da nossa.
Estar vivo.
E juntos.

P.S.: Aproveite para dar uma mãozinha no caso dos profissionais.

Aos que vão nascer

Não é a hora.
Muito ainda por fazer.
Muito trabalho pela frente.
Muitos caminhos por abrir.
Muita estrada por combater.
Numa profissão em que cada trabalho é uma conquista.

Que começa pela espicação de quem somos.

Para explicação de que fazemos.
Precisávamos do Alócio.
Seu dinamismo, visão, idealismo e prestígio pessoal.

Estão aí os marcos que deixou,
Ficaram os espaços que abriu,
Que conquistou e onde fixou o marco do desenho industrial.

Suas ideias e ideias,
O muito que fez pela profissão,
O pouco se comparado ao que ainda poderia fazer.

O jovem Aloísio Magalhães.
Do Aloísio velho companheiro.
Outros talvez melhor.
Em outros momentos e sempre.
A nós cabe lembrá-lo.
Como adejo fundador da APDINS/RJ,
Como baluarte da ESDI,
Como precursor da busca das raízes do desenho industrial brasileiro — a tecnologia apropriada a nível projetual,
Formador das primeiras gerações de profissionais.

Desbravador do mercado de trabalho,
onde deixou rúscos caminhos.

A nossa homenagem.

É um profundo sentimento de pesar.
Contávamos com você.
Ainda por muito tempo ao nosso lado.
Pensamos em você com simpatia.



Figura 3.8 Capa do Jornal da APDINS-RJ n. 5, de setembro de 1982.

Em meados de outubro de 1982, a recém-aberta Faculdade de Desenho Industrial Silva e Souza sediava o evento “Desenho Industrial: Encontro das Escolas do Rio de Janeiro”. No mesmo ano, a ESDI completava 20 anos de existência; os cursos de design da UFRJ, 11; e da PUC-Rio, 10. Desde 1981, a cidade do Rio de Janeiro contava com mais duas escolas, a Faculdade Silva e Souza, localizada em Ramos, e a Faculdade da Cidade, na Lagoa. Em ambas, a presença de designers graduados na ESDI, entre os docentes, é predominante ou importante para a definição do currículo e da didática.²⁰⁷

207 A Faculdade Silva e Souza iniciou suas atividades em agosto de 1981. Foi a primeira a abrir na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, levando a formação de design para camadas médias da população de bairros da periferia. Seu curso foi montado por graduados da ESDI que compuseram o corpo docente. Desse corpo docente destacamos: Pedro Luiz Pereira de Souza, Roberto Eppinghaus, Maria Beatriz Afflalo Brandão e Fernando Gerhardt. Os dois últimos ocuparam cargos nas primeiras Diretorias da APDINS-RJ. Cf. CADERNOS DE DI. Rio de Janeiro: Faculdade de Desenho Industrial Silva e Souza, n. 1, outubro de 1982.

jornal da apdins/rj

Associação Profissional dos Desenhistas Industriais
de Nível Superior do Rio de Janeiro

Outubro 1982 N° 6

"RIO EXPORT DESIGN 82" O Desenho Industrial em Exportação no Rio de Janeiro

Durante meses a APDINS/RJ participou de discussões, junto à Associação Comercial do Rio de Janeiro, que objetivavam a realização de uma Exposição Carioca de Desenho Industrial.

Muita vontade, poucos recursos, a viabilização tardava. Por iniciativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e com o apoio da APDINS/RJ contratou-se com VERSCHLEISSEER/VISCONTI a realização da exposição, marcou-se a data: 21 de outubro de 1982.

Posteriormente o CNPq, com a experiência da FESRAM passou a apoiar a iniciativa e organizou um seminário paralelo à exposição.

A exposição saiu, e, para tanto, foi fundamental a colaboração dos profissionais do Rio de Janeiro: FREDDY VAN CAMP, DIA DESIGN, JOAQUIM REDIG, ÚLTIMA FORMA, MOGULOR, P.M., VISCONTI/VERSCHLEISSEER, VALDIR SOARES, PVDI, ERASMO DE HOLANDA, METRO, COPPE, ESDI, APDINS/RJ, IDI/MAM, A3, JEAN CALVI, FTI, ARCHI - GRÁFICO.

A exposição realizou-se de 21 a 27 de outubro de 1982, no Salão Nobre de

Exposições do Jockey Club Brasileiro, à Av. Presidente Antônio Carlos n° 501 - 10º andar.

É desejo dos expositores transformar esta mostra numa exposição itinerante, que terá como ponto de partida a ESDI, durante as comemorações dos seus 20 anos.

Do seminário, constam as seguintes palestras:

25/10/82 - 19:00 h. "DESENHO INDUSTRIAL NAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA".

26/10/82 - 20:30 h. "DESENHO INDUSTRIAL, CONTROLE DE QUALIDADE E PROPRIEDADE INDUSTRIAL".

25/10/82 - 20:30 h. "DESENHO INDUSTRIAL INSTITUCIONAL".

26/10/82 - 19:00 h. "DESENHO INDUSTRIAL NA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA".

A APDINS/RJ espera que esta exposição aproxime os Profissionais e a Indústria, uma das metas do trabalho da Associação.

A Gente Toca o Barco

Vinícius chorou os Pablos
Belíssima poesia,
Vinícius não mais escreve,
Mas o sentimento é o mesmo.
Um exagero do destino.
Primeiro Aloísio Magalhães,
Pouco tempo depois
Nesse companheiro
Mario Ewerton Fernandez,
Idealizador, criador,
Batalhador da APDINS,
Faz parte de várias direções -
Sempre sorrindo
a pergunta pelo "coco",
Nas últimas eleições se afastou
para deixar "a moçada tocar o barco",
No entanto, mesmo de longe,
Sempre incentivou e prestigiou
as nossas iniciativas,
É duro repetir,
Mas realmente não era a hora,
Da dor de sua família,
Da tristeza dos seus amigos,
Da irrecuperável ausência,
As palavras dizem e sempre
dirão um pouco
Que fique o registro
Da noite solitária,
Saudades do nosso Mário,
Quando grande companheiro grande.

II FEBRAN

Realização em SP, entre os dias 15 e 22 de set. 82 a II Feira Brasileira de Negócios sob coordenação geral do CNPq.

O Desenho Industrial estava presente e contou com um leque diversificado, entre apresentações de trabalhos de FTI, COPPE, IDI/MAM, CETEC, CALOURO, UNB, FREDDY, VISCONTI, J. DE OLIVEIRA, MELLONE, PADUANO, GAPP, FORMA e FUNÇÃO.

INDESIGN, NDI

Este serviço especializado "INDSIGN E" que trata com o termo "topor" a técnica do sistema nacional de métodos e tecnologias, do diagnóstico de necessidades empresariais.

Os trabalhos realizados, práticos desenvolvidos nos últimos 10 anos, foram apresentados através de fotografias, desenhos e maquetes.



Figura 3.9 Capa do Jornal da APDINS-RJ n. 6, de outubro de 1982.

Como a formação profissional era para a APDINS-RJ parte de suas atividades, a Diretoria 1981/1983 abriu espaço, em suas publicações, para textos sobre o estado do ensino do Design na época. Os textos escritos por Joaquim Redig, Anamaria de Moraes e Gustavo Amarante Bomfim analisavam os modelos de ensino e suas didáticas e colocavam em questão como manter a qualidade de ensino diante do crescimento do número de escolas de Design.

O currículo mínimo, aprovado no 1º ENDI, mais uma vez foi lembrado por Anamaria de Moraes e Gustavo Amarante Bomfim como parâmetro para se alcançar essa qualidade. Alguns critérios para análise das escolas derivavam de críticas realizadas a aspectos negativos, identificados na ESDI desde a publicação da *Produto e Linguagem*, de 1977. Mas os textos começavam a evidenciar uma divisão de opinião a respeito de como o professor de Design deveria se qualificar para o ensino.

Joaquim Redig defendia que a “Escola de Design ideal é como um escritório de Projetos, onde o objetivo seria aprender, o cliente seria a sociedade, os projetistas seriam os alunos, orientados pelos professores”.²⁰⁸ Nessa visão, a prática de projeto permitiria “reduzir ‘anos de experiência’ exigidos por qualquer empregador”. Portanto, para que uma escola pudesse ensinar pela prática, seria “necessário que seus professores” fossem “praticantes dessa atividade”.²⁰⁹ O que Redig defendia era o modelo de professor que vários docentes das disciplinas de projeto da ESDI seguiam: ensino na escola e atuação projetual no mercado, simultaneamente.

Anamaria de Moraes e Gustavo Amarante Bomfim criticavam justamente este modelo de atuação docente: profissionais que dedicavam algumas horas semanais ao ensino nas quais transmitiam a experiência que adquiriram apenas na prática profissional de mercado. A formação dos professores deveria considerar um caminho que objetivasse impedir a falta de planejamento didático. A titulação docente e a formação em pesquisa eram apontadas como caminhos para a qualificação como forma de contribuir para a melhoria do ensino das escolas.²¹⁰ Ambos estavam sendo coerentes com suas próprias opções de formação.²¹¹

O que nos importa observar aqui é que membros importantes da APDINS-RJ também eram professores. Estes influenciaram para que o debate sobre o en-

208 JORNAL DA APDINS-RJ, n. 6. *Op.Cit.* 1982. p. 2-3.

209 *Id.Ibid.*

210 Cf. JORNAL DA APDINS-RJ, n. 6. *Op.Cit.* 1982. p. 4-6 e JORNAL DA APDINS-RJ. Rio de Janeiro: APDINS-RJ, n. 7, janeiro de 1983. p. 2.

211 Gustavo Amarante Bomfim tinha concluído o mestrado na COPPE, em 1978, com a dissertação “Desenho Industrial: Proposta para reformulação do currículo mínimo”, trabalho que o habilitou a compor a comissão especial sobre o currículo mínimo de 1978/1979. Anamaria de Moraes tinha entrado no mestrado da COPPE, em 1980, e em 1982 começa a atuar como docente na Faculdade da Cidade, quando Sérgio Camardella era o diretor do curso de Design. Joaquim Redig atuava como professor na PUC-Rio e na ESDI, mas não tinha cursado nenhuma pós-graduação e já tinha atuação destacada no mercado.

sino acontecesse no espaço da Associação profissional. Situação diferente do que ocorreu nos anos 1990, quando passou a atuar a AEnD-BR, associação específica de ensino e pesquisa em Design, que contribuiu para a diminuição do debate sobre ensino nas associações profissionais ou da ação direta destas sobre problemas das escolas e suas relações com o Ministério da Educação.

O que queremos assinalar, também, é que a divisão observada sobre o melhor caminho para qualificação docente representava a diferença de opiniões sobre os caminhos institucionais para a Associação e sobre as próprias opções de carreira que marcariam os designers da APDINS-RJ, ao longo dos anos de 1980.

A dedicação às atividades da gestão de 1981/1983 tinha sido intensa para os diretores e sócios que trabalharam no cotidiano da sede da APDINS-RJ. Intensa tinha sido, também, a movimentação em suas carreiras particulares, que começavam a definir caminhos que fariam parte dos questionamentos sobre a participação na Associação e o próprio papel que a APDINS-RJ deveria desempenhar. Foi o momento que alguns desses diretores saíram de empregos para formar escritórios ou atuar como autônomos, e outros saíram dessa última condição para empregos em empresas.²¹²

O período de 1981/1983, apesar das atividades que visavam aglutinar designers em torno da Associação, terminava com problemas na participação de um número maior de associados no apoio à organização dessas atividades ou nas reuniões das comissões de trabalho montadas pela Diretoria.²¹³

No entanto, o otimismo com a reestruturação e fortalecimento da APDINS-RJ permeou o ânimo dos diretores durante a maior parte da gestão. Eliana Formiga considerou positivo o balanço da gestão de 1981/1983, pois tinham começado “do zero” e conseguiram realizar várias atividades. Porém, ao final do mandato, os diretores estavam cansados e consideraram que o ideal seria que “a cada dois anos alguém dê a sua participação”²¹⁴ como membro da Diretoria. Este cansaço da Diretoria também é declarado no editorial “Ano Novo”, publicado Jornal da APDINS-RJ, n. 7, de janeiro de 1983 (Figura 3.10). Não se recusavam a continuar trabalhando nas atividades da Associação, mas queriam uma renovação nos quadros da nova Diretoria para o biênio 1983/1985.

212 Entrevista realizada com Eliana Formiga. *Op.Cit.* 2002.

213 Eliana Formiga lembra que sempre ocorria convocação aberta para as reuniões da Diretoria e das comissões de trabalho que, na época, eram semanais. Entretanto, só apareciam pessoas “de fora” quando eram levados por alguém que já frequentava as reuniões. Mesmo as pessoas que achavam importante a existência da Associação não participavam porque julgavam o “trabalho muito chato” ou que iriam perder tempo por “trabalhar de graça para os outros”. Para Eliana, essas posições demonstrariam falta de consciência sobre a importância de uma ação coletiva que a APDINS representaria. Entrevista realizada com Eliana Formiga. *Op.Cit.* 2002.

214 *Id.Ibid.*

jornal da apdins/rj

Associação Profissional dos Desenhistas Industriais
de Nivel Superior do Rio de Janeiro

JANEIRO 1983 Nº 7

ANO NOVO

Momento de reflexão e de novos projetos. Itaipico do que se realizou em 82 e planos para 83. Há verdade trabalharmos muito, mas não tanto quanto gostaríamos. Há muito a fazer e não somos muitos fazendo. A vida do Apdins depende na realidade de pessoas físicas, da nossa dedicação à nossa causa. E é nossa gratificação está no próprio trabalho realizado. Demos encaminhamento aos projetos de regulamentação da Profissão e do Sindicalização. Mas as atribuições de um ano de eleições impediram um avanço maior, já que nossa luta dependemos do interesse e boa vontade de outros. Realizamos cursos específicos de Produção Gráfica, Metodologia de Projeto e Simulação, que respondem ao nosso anseio de melhorar qualificar o designer para o desempenho da profissão. A continuidade deste Jornal e a manutenção de nossa sede também nos exigiu atenção e, acima de tudo, trabalho. Se hoje, quando quase completamos o período de nosso gestão, já nos sentimos um pouco cansados da missão de manter viva a Associação, temos a satisfação de ver os novos, os reformulados e, portanto, os cheios de esperanças e entusiasmo se chegarem a nós com verdadeiro interesse em participar, em contribuir, assim, em trabalhar junto à nós neste projeto APDINSOJL. E essa é, sem dúvida, a maneira última de

tomarmos esse projeto adiante: a experiência de um associado ao entusiasmo e energia deus que ainda iniciam seu caminho profissional.

Em meio gráfico, nossas eleições, já é pois o momento de todos os associados refletirem, considerando que sua participação é necessária e fundamental na continuidade da APDINS. De nossa parte, podemos dizer que vale o esforço. Em 82 nosso maior projeto realizado foi o CENSO dos desenhistas industriais. Temos hoje já o resultado de quozmos somos, o que fazemos e onde estamos, resultados estes em fase de impressões para divulgação. E o grande projeto de 83 será o 3º ENDI, nosso encontro nacional bienal. Voltamos a lembrar aos associados que esta diretoria se reúne regularmente às 3ª feiras à noite e que essas reuniões são abertas a todos os que desejem participar e contribuir efetivamente nos destinos do APDINS. Mas que também também aqueles que, não desejamos de participar e contribuir efetivamente, que em apenas nos dar um alô e bater um papo. Gostamos de rever sempre os colegas. Nossa votos de um Ano Novo pleno de felicidade.

A Diretoria

REVISTA ESTRANGEIRA DEDICA EDIÇÃO AO DESENHO INDUSTRIAL BRASILEIRO

A Revista Mêsada, publicada pelo Instituto Tecnológico de Costa Rica, irá dedicar uma edição especial ao Desenho Industrial Brasileiro.

As empresas e escritórios autônomos de Desenho Industrial e Comunicação Visual interessadas em participar desta edição, deverão enviar o material até o dia 20 de fevereiro de 1983, ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que servirá de responsável para consideração dos trabalhos no Brasil.

Forneçamos que a seleção dos materiais será feita pela edição de Revista Mêsada. As fotos sobre projetos e pesquisas deverão ser em preto e branco, formato 18 x 24 cm (ou equivalente), sendo no verso identificação do indivíduo, endereço, período de realização, cliente, endereço e telefone, informações judiciais.

necessária.

Não existe limitação de fronte por escritório. As informações sobre o escritório, histórico, equipe técnica, principais projetos desenvolvidos e áreas de interesse e atuação, deverão ser fornecidas em, no máximo, duas páginas datilografadas, espaço 2, formato A4, traduzidas para o espanhol.

Os materiais deverão ser enviados para o endereço abaixo:

Coordenação de Articulação com as Empresas - CEMSAF - CNPq
c/c Eduardo Barroso Neto
Av. RJ Norte - D. 511 - Bloco A - 3º andar
- Edifício Brasil II 10/50 - Brasília DF
Fones: (061) 273.8252 - 274.1155
Ramais 434 ou 435

PUC - 10 ANOS DE DESENHO INDUSTRIAL

Nesta grande festa organizada por alunos e professores, o curso de Desenho Industrial da PUC comemora seus 10 anos. A exposição não foi só de homenagem, mas sim de fortalecer o elo de união com seus alunos, visando a atividades de interesse comum como um curso de preservação, Círculo de Ex-alunos, etc. Espera-se que estas boas iniciativas não fiquem só em intenções.

Figura 3.1 Capa do Jornal da APDINS-RJ n. 7, de Janeiro de 1983.

